



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diário Oficial

DO ESTADO DO PARA

ORDEM E PROGRESSO

ANO XLV — 66.º DA REPÚBLICA — N. 17.970

BELEM — TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 1955

DECRETO N. 1.806 — DE 1  
DE AGOSTO DE 1955

Aprova o orçamento da  
Prefeitura Municipal de  
São João do Acangatá.

O Governador do Estado do  
Pará, usando das atribuições que  
lhe confere o art. 42, item I, da  
Constituição Política do Estado,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica aprovado, nos  
termos do parecer do Departamento  
de Assistência aos Municípios, constante do parecer n.  
02261/25/7/1955-SIJ, o orçamento  
da Prefeitura Municipal de São  
João do Acangatá, baixado pelo  
respectivo Prefeito pela Lei mu-  
nicipal n. 1, de 20 de maio do  
corrente ano, para o exercício fi-  
nanceiro de 28/4/1955 a 31/12/1955.

Art. 2.º O presente decreto  
entrará em vigor na data de sua  
publicação, revogadas as dis-  
posições em contrário.

Palácio do Governo do Estado  
do Pará, 1 de agosto de 1955.  
Gen. Ex. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPCÃO  
Governador do Estado  
Arthur Cláudio Mello  
Secretário de Estado do Interior e  
Justiça

José Jacinto Aben-Athar  
Secretário de Estado de Finanças

DECRETO N. 1.807 — DE 1  
DE AGOSTO DE 1955

Aprova o orçamento da  
Prefeitura Municipal de  
Santana do Araguaia.

O Governador do Estado do  
Pará, usando das atribuições que  
lhe confere o art. 42, item I, da  
Constituição Política do Estado,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica aprovado, com as  
modificações constantes do parecer  
do Departamento de Assis-  
tência aos Municípios, emitido no  
processo n. 02262/25/7/1955-SIJ,  
o orçamento da Prefeitura Munici-  
pal de Santana do Araguaia,  
baixado pelo respectivo Prefeito  
pela Lei municipal s/n, de 5 de  
maio do corrente ano, para o  
exercício financeiro de 1/5/1955 a  
31/12/1955.

Art. 2.º O presente decreto  
entrará em vigor na data de sua  
publicação, revogadas as dis-  
posições em contrário.

Palácio do Governo do Estado  
do Pará, 1 de agosto de 1955.  
Gen. Ex. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPCÃO  
Governador do Estado  
Arthur Cláudio Mello  
Secretário de Estado do Interior e  
Justiça

Dr. José Jacinto Aben-Athar  
Secretário de Estado de  
Finanças

DECRETO N. 1.805 — DE 1  
DE AGOSTO DE 1955

Cria uma Delegacia de  
Polícia no Município de S.  
João do Acangatá.

O Governador do Estado do  
Pará, usando das atribuições que  
lhe confere o art. 42, item I, da  
Constituição Política Estadual,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica criada uma Dele-  
gacia de Polícia no Município de

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

S. João do Acangatá, com os li-  
mites do referido município.

Art. 2.º Revogam as disposi-  
ções em contrário.

Palácio do Governo do Estado  
do Pará, 1 de agosto de 1955.

Gen. Ex. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPCAO

Governador do Estado

Arthur Cláudio Mello

Secretário de Estado do Interior e

Justiça

SECRETARIA DE ESTA-  
DO DO INTERIOR E  
JUSTIÇA

DECRETO DE 28 DE JULHO  
DE 1955

O Governador do Estado:  
resolve tornar sem efeito o ato  
de 21 de setembro de 1954, que  
nomeou Raimundo Pereira Cor-  
deiro para exercer a função de

Juiz de Paz, em Tupinambá, Mu-  
nicipio de Ourém, Subdistrito Ju-  
diciário da Comarca de Guamá,  
em virtude de o mesmo não ter

assumido aquela função em tempo  
legal.

Palácio do Governo do Estado  
do Pará, 28 de julho de 1955.

Gen. Ex. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPCAO

Governador do Estado

Arthur Cláudio Mello

Secretário de Estado do Interior e

Justiça

DECRETO DE 28 DE JULHO

DE 1955

O Governador do Estado:  
resolve tornar sem efeito o ato  
de 21 de setembro de 1954, que  
nomeou Raimundo Pereira Cor-  
deiro para exercer a função de

Juiz de Paz, em Tupinambá, Mu-  
nicipio de Ourém, Subdistrito Ju-  
diciário da Comarca de Guamá,  
em virtude de o mesmo não ter

SECRETARIA DE ESTADO  
DO INTERIOR E JUSTIÇA

Despachos proferidos pelo Exmo.  
Sr. General Governor com o  
Sr. Dr. Secretário do Interior e  
Justiça.

Em 29/7/55

Ofícios:

S/n, da Prefeitura Municipal de  
São João do Acangatá, encami-  
nhando o orçamento do referido  
município — Aprovo.

N. 13, da Prefeitura Mu-  
nicipal de Santana do Araguaia,  
remetendo o orçamento da mes-  
ma — Aprovo, com as modifi-  
cações apontadas pelo Secretário  
do Interior e Justiça.

GABINETE DO SECRETA-  
RIO

Despachos proferidos pelo Sr.  
Dr. Secretário do Interior e  
Justiça.

Petição:

Em 29/7/55  
0837 — José Ferreira da Silva,  
guarda civil, pedindo contagem  
de tempo — Somos pelo deferimento. À consideração do Exmo.  
Sr. General Governor.

0852 — Raimundo Paix Bar-  
reto, sinaleiro, pedindo licença  
para tratamento de saúde. O pe-  
dido está em condições de mere-  
cer deferimento. À consideração  
do Exmo. Sr. General Governor.

Em 29/7/55  
Ofícios:

N. 8, da Câmara Municipal de  
Irituba, instalação dos trabalhos  
legislativos — Agradecer e ar-  
quivar.

S/n, da Câmara Municipal  
de Cachoeira do Arari, comuni-

cação de instalação dos trabalhos  
legislativos — Agradecer e ar-  
quivar.

N. 1, da Câmara Munici-  
pal de Alenquer, comunicação de  
instalação dos trabalhos legisla-  
tivos — Agradecer e arquivar.

N. 1, da Câmara Municipal  
de Alenquer, comunicação —  
Agradecer e arquivar.

SECRETARIA DE ESTADO  
DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO  
DE  
RECEITA

Expediente despachado pelo Sr.  
Diretor do Departamento de  
Receita.

Em 29/7/55

Processos:

N. 4591, de Barros & Cordeiro  
— Ao chefe do Pósto Fiscal do  
Porto do Sal, para providenciar.

N. 4592, de Edgar Chavec Fir-  
mas: — J. Maia & Cia., R. M.  
Miranda, Hilda Rocha (Matriz),  
A. M. Loureiro — A Secção de  
Fiscalização para tomar conheci-  
mento e fiscalizar o pagamento  
dentro do prazo regulamentar.

N. 4593, de Deodoro de Men-  
donça — 4595, de Neves, Dias &  
Cia.; 4596, de Distribuidor de  
Filmes Internacionais; 4597, da  
Irmã Costa, da Ordem Vicentina  
e 4601, do Instituto Gentil Bit-  
tentourt — Dada baixa no mani-  
festo geral, verificado, entre-  
gue-se.

N. 4590, de Antonio Schem-  
bri — Dada baixa no manifesto  
geral, verificado, entregue-se.

N. 4592, do Automóvel  
Clube do Brasil — Sucursal do  
Pará — Dada baixa no mani-  
festo geral, verificado, entre-  
gue-se.

N. 4586, do Banco de Cré-  
dito da Amazônia S/A — Ao  
chefe do Pósto Fiscal do Mos-  
queiro, para assistir a baldeação

— S/n, do Educandário Mon-  
teiro Lobato, remessa de fólia de  
pagamento do mesmo — Encami-  
nhe-se ao D. P.

N. 744, da Assembléia Le-  
gislativa, pedido de providências

— Ao DESP, para solicitar in-  
formações à Delegacia de Breves.

S/n, da Pretoria de São  
Caetano de Odivelas, pedido de  
informações — Ao D. P., para  
fornecer certidão ao requerente,

nos termos da informação retro.

N. 0501, da União Nacional  
dos Estudantes, Rio de Janeiro

— Arquive-se.

N. 362, do Tribunal de  
Contas do Estado, comunicando o  
registro da aposentadoria de  
Catarina Otoni Vieira, prof. em  
Tucuruí — Ao D. P., para os  
devidos fins.

N. 363, do Tribunal de  
Contas do Estado, comunicando o  
registro da aposentadoria de  
Juraci Cahn, chefe do S. I. C.  
E. do D. E. S. P. — Ao D. P., para  
os devidos fins, respeitados os  
termos do Acórdão.

N. 374, do Tribunal de  
Contas do Estado, comunicando o  
registro da aposentadoria de  
João Mendes Ferreira Lopes, poli-  
cícia sanitária — Ao D. P., para  
os devidos fins, respeitados os  
termos do Acórdão.

N. 379, do Tribunal de  
Contas do Estado, comunicando o  
registro da aposentadoria de  
Guilherme Brígido, prof. no Grupo  
Escolar "Vilhena Alves" — Ao  
D. P., para os devidos fins, res-  
peitados os termos do Acórdão.

Telegrama:

N. 297, do Gal. Floriano Pe-  
ixoto Keller, Diretor do Recruta-  
mento, Rio de Janeiro, pedindo  
uma relação dos Municípios dêsse  
Estado. — Oficie-se à Diretoria  
do Recrutamento, remetendo a  
relação.

e informar, mencionando o nome  
da alvarenga.

N. 4599, de José Cohen —

A Secção de Fiscalização.

N. 4602, da Cooperativa  
Agrícola Mista de Tomé-Açu;

4593, do Dr. Deodoro de Men-  
donça; 4595, de Neves, Dias &  
Cia.; 4596, de Distribuidor de  
Filmes Internacionais; 4597, da  
Irmã Costa, da Ordem Vicentina

e 4601, do Instituto Gentil Bit-  
tentourt — Dada baixa no mani-  
festo geral, verificado, entre-  
gue-se.

N. 4590, de Antonio Schem-  
bri — Dada baixa no manifesto  
geral, verificado, entregue-se.

N. 532 e 533, do Fomento  
Agrícola e 338 do SAPS — Dada  
baixa no manifesto geral, entre-  
gue-se.

N. 4576, de Sirayama &  
Cia. — Atendido para paga-  
mento em duas prestações: a pri-  
meira, imediatamente e a 2a.  
dentro de 30 dias — A Secção de  
Fiscalização.

N. 3332, de Arêas & Cia.

## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Governador do Estado:

General de Exército ALEXANDRE ZACARIAS  
DE ASSUMPÇÃO

Secretário do Interior e Justiça:

Dr. ARTHUR CLAUDIO MELO

Secretário de Finanças:

Dr. J. J. ABEN-ATHAR

Secretário de Saúde Pública:

Dr. HERMINIO PESSOA

Secretário de Obras, Terras e Viação:

Dr. CLAUDIO LINS DE V. CHAVES

Secretário de Educação e Cultura:

Dr. ACHILLES LIMA

Secretário de Produção:

Sr. AUGUSTO CORRÊA

\*\*\*

As Reparticipes Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 15 horas, exceto nos sábados, quando devem ser fezidas, no dia das 14 horas.

As reclamações pertencentes à matéria retratada, nos casos de erros ou omissiones deverão ser formuladas por escrito, à Diretoria Geral das 8 às 17,30 horas, e, no máximo, 24 horas após a saída das empresas oficiais.

Dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas, que não devem ser feitas.

A matéria paga será recebida das 8 às 15,30 horas, e, nos sábados, das 8 às 11,30 horas.

Excepcionadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tornar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso.

Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de validade,

IMPRENSA OFICIAL  
DO ESTADO DO PARÁ

EXPEDIENTE

Rua do Una, 32 — Telefone, 3362

PEDRO DA SILVA SANTOS

Diretor Geral

Armando Braga Pereira

Redator-chefe:

Assinaturas

Belém:

Anual .....	260,00
Semestral .....	140,00
Número avulso .....	1,00
Número atrazado, por ano .....	1,50
Estados e Municípios:	
Anual .....	300,00
Semestral .....	150,00

Exterior:

Anual .....	400,00
<b>Publicidade</b>	
1 Página de contabilidade, por 1 vez ..	600,00
Página, por 1 vez ..	600,00
½ Página, por 1 vez ..	300,00
Centímetros de colunas:	
Por vez .....	6,00

dade de suas assinaturas, na parte superior ao endereço vão impressos o número do talão de registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar a solução de continuidade no recibo, é preciso registrar com antecedência mínima de trinta (30) dias.

As Reparticipes Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e as iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

DEPARTAMENTO DE DESPESA  
TESOURARIA

Saldo do dia 30/7/55 .....	1.644.627,10
Renda do dia 1/8/1955 .....	684.612,80
Suprimento a Tesouraria .....	565.000,00
Recolhimentos e descontos .....	178.618,80
	1.428.231,60
SOMA .....	3.072.858,70
Pagamentos efetuados no dia 1/8/55 .....	2.786.144,40
Saldo para o dia 2/8/55 .....	286.714,30
DEMONSTRAÇÃO DO SALDO	
Em dinheiro .....	186.432,00
Em documentos .....	100.262,30
TOTAL .....	286.714,30

Belém (Pará), 1 de agosto de 1955. — Visto: João Bentes, diretor do Dep. de Despesa. — (a) Eusébio Cordovil, tesoureiro.

## PAGAMENTOS

O Departamento de Despesa Estadual de Águas, Serviço de Cadastro Rural, Departamento de Assistência aos Municípios, Departamento de Estatística, Secretaria de Obras, Terras e Viação e Serviço de Transporte do Estado.

Pessoal fixo e variável: Ministério Público, e sua Secretaria, Assistência Judiciária Civil, Fórum, Corregedoria Geral da Justiça, Depósito Público, Repartição Criminal, Departamento de Material, Serviço de Navega-

cão do Estado, Departamento Estadual de Rodagem.

Subvenções, contribuições e auxílios:

Departamento Estadual de Es-

tradas de Rodagem.



4 — Terça-feira, 2

## DIÁRIO OFICIAL

Agosto — 1955

Resina, quilo .....	0,80
Resíduo, quilo .....	1,30
<b>TABACO:</b>	
Em mólos:	
Bragança e Capanema, arroba .....	220,00
Outros municípios, arroba .....	200,00
<b>MADERAS:</b>	
Beneficiadas ou aparelhadas de lei, metro .....	650,00
Beneficiadas ou aparelhadas branca, metro .....	350,00
Brancas especificadas na Portaria 92, de 1936:	950,00
Tóros em bruto ou falsoqueados até 2 metros, metro .....	250,00
Em caixas abatidas até 1,50 m, metro .....	400,00
Dormentes até 2m,80, metro .....	120,00
Pau-rosa, tonelada .....	170,00
Tóros em bruto, falsoqueados ou amago de lei, metro .....	450,00
Toros em bruto ou falsoqueados branca, metro .....	150,00
Toros esquadriados de lei, metro .....	350,00
Toros esquadriados branca, metro .....	270,00
Morototó, Guaruba e Tamanqueira, metro .....	170,00
Estacas de Jarana de 10 a 14 palmos, milheiro .....	700,00
Estacas de Acapú de 10 a 14 palmos, milheiro .....	900,00
Esteios de madeira branca de 12 a 20 palmos, unidade .....	9,00
Esteios de madeira de lei de 12 a 20 palmos, unidade .....	13,00
Caibros de 20 a 30 palmos, dúzia .....	24,00
Lasca de Matamata, dúzia .....	5,00
<b>OBSERVAÇÕES:</b> — Para os gêneros que não têm pauta de EXPORTAÇÃO prevalece o valor comercial.	

Belém, 31 de julho de 1955.

A Comissão:  
 (aa) José de Albuquerque Aranha  
 Custódio de Araújo Costa  
 Raul Coutinho

## SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIACÃO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ÁGUAS  
CONTADORIADEMONSTRAÇÃO DO MOVIMENTO DO "CAIXA", RELATIVO  
AO MÊS DE MAIO DE 1955

## RECEITA

Caixa:	
Saldo anterior .....	462.397,00
N/ Arrecadação durante este mês:	
Consumo .....	130.828,70
Multa s/ Consumo .....	559,10
Derivações .....	13.808,80
Diversas indenizações .....	556,80
Depósito dos Consumidores:	
Arrecadação deste mês .....	5.563,00
Quota de Previdência:	
Idem, como precede .....	5.473,20
Divisão de Despesas:	
Recebido da S. E. F., n/ mês:	
Sistema Diesel Elétrico e a Vapor .....	359.532,00
Despesas Diversas .....	1.500,00
Cr\$	361.032,00
	980.218,60

## DESPESA

Departamento de Receita do Estado:	
N/ recolhimento neste mês .....	151.198,40
Depósitos dos Consumidores:	
Restituídos n/ mês .....	5.525,20
Juros e Descontos:	
Pagos c/ as restituições supra .....	317,90
Sistema Diesel Elétrico e a Vapor:	
Contas pagas n/ mês .....	469.260,70
Despesas Diversas:	
Idem, idem .....	4.325,50
Caixa:	
Saldo para junho de 1955 .....	349.590,90
Cr\$	980.218,60

Contadoria do Departamento Estadual de Águas, 5 de junho de 1955.

Visto:  
 Engº Waldemar Lins V. Chaves — Diretor Geral.  
 José Itabericy de Souza e Silva — Contador — Regº n. 48082  
 e n. 101.

DEMONSTRAÇÃO DO MOVIMENTO DO "CAIXA", RELATIVO  
AO MÊS DE JUNHO DE 1955

## RECEITA

Caixa:	
Saldo anterior .....	349.590,90
Arrecadação durante este mês:	
Consumo .....	151.492,10
Multa s/ Consumo .....	770,00
Derivações .....	15.644,40
Depósito dos Consumidores:	
Arrecadação deste mês .....	5.600,00
Quota de Previdência:	
Idem, idem .....	6.343,80
Divisão de Despesas:	
Recebido da S. E. F., n/ mês:	
Sistema Diesel Elétrico e a Vapor .....	359.532,00
Despesas Diversas .....	1.500,00
Cr\$	361.032,00
	890.473,20

## DESPESA

Departamento de Receita do Estado:	
Nosso recolhimento neste mês .....	161.423,50
Depósitos dos Consumidores:	
Restituições n/ mês .....	1.606,40
Juros e Descontos:	
Pagos c/ as restituições supra .....	149,70
Sistema Diesel Elétrico e a Vapor:	
Contas pagas n/ mês .....	279.799,50
Despesas Diversas:	
Idem, idem .....	1.020,00
Quota de Previdência:	
Recolhimento efetuado n/ mês .....	22.492,30
Caixa:	
Saldo para julho de 1955 .....	423.981,80
Cr\$	890.473,20

Contadoria do Departamento Estadual de Águas, 15 de julho de 1955.

Visto:  
 Engº Waldemar Lins V. Chaves — Diretor Geral.  
 José Itabericy de Souza e Silva — Contador — Regº n. 48082  
 e n. 101.

## BALANÇE GERAL, ATÉ 31 DE MAIO DE 1955

DÉBITO	
Departamento de Receita do Estado .....	923.717,70
Depósitos dos Consumidores .....	15.033,60
Juros e Descontos .....	1.027,40
Sistema Diesel Elétrico de São Braz .....	1.489.091,00
Despesas Diversas .....	6.063,50
Banco do Brasil, c/ Poderes Públicos a/v .....	489.442,60
Banco de Crédito da Amazônia, c/ Depósito .....	210.417,10
Caixa : — Saldo para junho de 1955 .....	349.590,90
Cr\$	3.484.383,80

## CRÉDITO

Consumo .....	879.336,80
Multa s/ Consumo .....	3.763,70
Derivações .....	62.209,20
Diversas indenizações .....	3.518,40
Depósitos dos Consumidores .....	27.175,00
Quota de Previdência .....	28.661,10
Divisão de Despesas .....	1.709.964,00
Banco do Brasil, c/ Depósitos de Poderes Públicos a/v .....	489.442,60
Banco de Crédito da Amazônia, c/ Depósito .....	210.417,10
Tesouro do Estado, c/ Patrimônio .....	69.895,90
Cr\$	3.484.383,80

Contadoria do Departamento Estadual de Águas, 5 de junho de 1955.

Visto:  
 Engº Waldemar Lins V. Chaves — Diretor Geral.  
 José Itabericy de Souza e Silva — Contador — Regº n. 48082  
 e n. 101.

## BALANÇE GERAL, ATÉ 30 DE JUNHO DE 1955

DÉBITO	
Departamento de Receita do Estado .....	1.085.141,20
Depósitos dos Consumidores .....	16.640,00
Juros e Descontos .....	1.177,10
Quota de Previdência .....	22.492,30
Sistema Diesel Elétrico e a Vapor .....	1.768.890,50
Despesas Diversas .....	7.083,50
Banco do Brasil, c/ Poderes Públicos a/v .....	489.442,60
Banco de Crédito da Amazônia, c/ Depósito .....	210.417,10
Caixa : — Saldo para julho de 1955 .....	423.891,80
Cr\$	4.025.266,10

## CRÉDITO

Consumo .....	1.030.828,90
Multa s/ Consumo .....	4.533,70
Derivações .....	77.853,60
Diversas Indenizações .....	3.518,40
Depósitos dos Consumidores .....	32.775,00
Quota de Previdência .....	35.004,90
Divisão de Despesas .....	2.070.996,00
Banco do Brasil, c/ Poderes Públicos a/v .....	489.442,60
Banco de Crédito da Amazônia, c/ Depósito .....	210.417,10
Tesouro do Estado, c/ Patrimônio .....	69.895,90
Cr\$	4.025.266,10

Contadoria do Departamento Estadual de Águas, 15 de julho de 1955.

Visto:  
 Engº Waldemar Lins V. Chaves — Diretor Geral.  
 José Itabericy de Souza e Silva — Contador — Regº n. 48082  
 e n. 101.

## EDITAIS

## ADMINISTRATIVOS

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA

Concorrência Administrativa n. 13

EDITAL N. 13 — GRUPO N. 13

**Concorrência Administrativa para fornecimento de pregos de linha, conforme o listão, necessários à Estrada de Ferro de Bragança, durante o ano de 1955.**

De ordem do Sr. Dr. Diretor, e de conformidade com o artigo 37, letra B, do Decreto-lei n. 2.206, de 20 de maio de 1940, torno público que no dia 20 de agosto de 1955, às nove (9) horas, no escritório do Almoxarifado, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, serão recebidas propostas para fornecimento de Pregos de Linha, conforme o listão, necessários à Estrada de Ferro de Bragança, durante o ano de 1955.

A concorrência será presidida pelo Sr. Edgar Távora de Albuquerque, auxiliar administrativo, referência 26, ou na sua falta pelo funcionário designado pelo sr. dr. Diretor, e obedecerá as seguintes condições:

**PRIMEIRA** — As propostas em cinco (5) vias, a primeira devidamente selada, todas datadas, assinadas e rubricadas em suas páginas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, deverão ser apresentadas em envólucros fechados e lacrados, com a declaração por fóra, do assunto, nome e residência dos proponentes. Os envólucros serão abertos diante de todos os concorrentes presentes ao ato, devendo cada um rubricar folha por folha, as propostas de todos os outros. As propostas serão ainda rubricadas pelo Presidente da Comissão. Uma vez iniciada a abertura das propostas, não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado respectivo.

**SEGUNDA** — Antes da adjudicação serão examinados os característicos e outros detalhes do material oferecido, sendo excluídos os materiais de que os ditos elementos não estejam conforme as exigências do serviço. Feita essa exclusão, o fornecimento do artigo caberá ao proponente que houver oferecido preço mais barato, não podendo, em caso algum, o negociante inscrito recusar-se a satisfazer a encomenda sob pena de ser excluído o seu nome ou firma do registro de inscrições ou de correr por conta de sua caução a diferença com as aquisições do material a outro concorrente.

**TERCEIRA** — Em todos os fornecimentos terão preferência em igualdade de condições, os proponentes nacionais.

**QUARTA** — Só serão aceitas propostas de fornecedores já devidamente inscrito nesta Estrada de acordo com o Edital de inscrição publicada no DIÁRIO OFICIAL do Estado, no dia 6 de janeiro do corrente ano.

**QUINTA** — As encomendas dos materiais referentes à presente concorrência correrão por conta da Verba seguinte:

— ANEXO 15 — SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA; VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS; CONSIGNAÇÃO 9 — DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS; SUB-CONSIGNAÇÃO 02 — RECURSOS PARA A VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA

AMAZÔNIA, ETC.; 1 CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, ETC.; PONTO 3 — TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E ENERGIA; INCISO 4 — FERROVIAS; ITEM 9 — ESTADO DO PARÁ; ALÍNEA 2 — PARA AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE TRILHOS, ACESSÓRIOS E DORMENTES, PARA A ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA, INCLUSIVE DESPESAS DE TRANSPORTES E PORTUÁRIOS.

**SEXTA** — As propostas não poderão conter senão uma fórmula de completa submissão a todas as condições deste edital. Os preços em moeda corrente nacional, indicados em algarismos e confirmados por extenso para cada unidade, não poderão exceder de 10% dos correntes na praça. Não serão tomadas em consideração quaisquer ofertas de vantagem previstas neste edital, nem as propostas que contiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta mais barata.

**SÉTIMA** — Os preços unitários não poderão conter fração inferior a Cr\$ 0,10, sendo excluído o artigo que não satisfaça essa condição. A Comissão poderá, entretanto, aceitar a redução para a unidade imediatamente inferior, se assim o solicitar por escrito o representante do proponente no ato da concorrência. A diferença de fração menor de Cr\$ 0,10, não será levada em conta como inferioridade de preços na respectiva comparação.

**OITAVA** — No caso de absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, poderá a Comissão, no próprio ato da concorrência administrativa da Estrada, posteriormente, proceder a uma nova concorrência entre os respectivos proponentes que versará sobre o maior abatimento por cada um feito sobre a oferta empata. Se nenhum deles quiser, porém fazer tal abatimento, proceder-se-á a sorteio para decidir a qual proponente caberá a adjudicação.

**NONA** — Só serão aceitas propostas de materiais já experimentados e julgados aceitáveis pela Estrada, conforme registro no livro competente do Almoxarifado. Os proponentes deverão mencionar em suas propostas as marcas dos materiais que desejarem fornecer. O proponente não poderá, em caso algum, deixar de fornecer os materiais pedidos dentro dos prazos estabelecidos, assim como, deixar de substituir imediatamente aqueles que forem rejeitados, sob pena de multa de 10% sobre o valor do material fornecido, podendo ainda a Administração impedir o seu comparecimento durante um ano, às concorrências, e, na reincidência propor ao poder competente a cassação de sua idoneidade.

**DÉCIMA** — Os materiais deverão ser entregues dentro de trinta (30) dias CIF Belém, a contar da data do pedido.

**DÉCIMA PRIMEIRA** — A Estrada reserva-se o direito de aceitar parte de uma proposta e parte de outras, conforme a diferença para menos nos preços, assim como recusar todas as propostas apresentadas ou anular a concorrência, caso convenha aos seus interesses, sem que os concorrentes tenham direito a qualquer reclamação ou indenização.

**DÉCIMA SEGUNDA** — Todos os materiais deverão ser entregues à Estrada, acompanhados de uma relação minuciosa da respectiva fatura.

**DÉCIMA TERCEIRA** — A relação dos materiais a que se refere este edital se acha afixada na portaria do Almoxarifado da Estrada, à disposição dos interessados.

**DÉCIMA QUARTA** — As faturas dos fornecimentos serão apresentadas em sete (7) vias, sendo a primeira devidamente selada e serão pagas depois de processadas na Delegacia Fiscal, em Belém. Cada fatura virá acompanhada de um requerimento ao Sr. Dr. Diretor da Estrada, solicitando o pagamento.

Belém, 27 de julho de 1955. — (a) Edgar Távora de Albuquerque, presidente da comissão.

(Ext.—Dias 2 e 12|8|55)

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

## ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA

Concorrência Administrativa n. 14

EDITAL N. 14 — GRUPO N. 14

Concorrência Administrativa para fornecimento de parafusos de linha, conforme o listão, necessários à Estrada de Ferro de Bragança, durante o ano de 1955.

De ordem do Sr. Dr. Diretor, e de conformidade com o artigo 37, letra B, do Decreto-lei n. 2.206, de 20 de maio de 1940, torno público que no dia 22 de agosto de 1955, às nove horas, no escritório do Almoxarifado, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, serão recebidas propostas para fornecimento de Parafusos de linha, conforme o listão, necessários à Estrada de Ferro de Bragança, durante o ano de 1955.

A Concorrência será presidida pelo Sr. Edgar Távora de Albuquerque, Auxiliar Administrativo, referência 26, ou na sua falta pelo funcionário designado pelo Sr. Dr. Diretor, e obedecerá as seguintes condições:

**PRIMEIRA** — As propostas em cinco (5) vias, a primeira devidamente selada, todas datadas, assinadas e rubricadas em suas páginas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, deverão ser apresentadas em envolucros fechados e lacrados, com a declaração por fóra do assunto, nome e residência dos proponentes. Os envolucros serão abertos diante de todos os concorrentes presentes ao ato, devendo cada um rubricar folha por folha, as propostas de todos os outros. As propostas serão ainda rubricadas pelo presidente da Comissão. Uma vez iniciada a abertura das propostas não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado respectivo.

**SEGUNDA** — Antes da adjudicação serão examinados os característicos e outros detalhes do material oferecido sendo excluídos os materiais de que os ditos elementos não estejam conforme as exigências do serviço. Feita essa exclusão, o fornecimento do artigo caberá ao proponente que houver oferecido preço mais barato, não podendo, em caso algum, o negociante inscrito recusar-se a satisfazer a encomenda sob pena de ser excluído o seu nome ou firma do registro de inscrições ou de correr por conta de sua caução a diferença com as aquisições do material a outro concorrente.

**TERCEIRA** — Em todos os fornecimentos terão preferência em igualdade de condições, os proponentes nacionais.

**QUARTA** — Só serão aceitas propostas de fornecedores já devidamente inscritos nesta Estrada de acordo com o Edital de inscrição publicado no DIÁRIO OFICIAL, do Estado, no dia 6 de janeiro do corrente ano.

**QUINTA** — As encomendas dos materiais referentes à presente concorrência correrão por conta da Verba seguinte:  
— ANEXO 15 — SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA; VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS; CONSIGNAÇÃO 9 — DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS; SUB-CONSIGNAÇÃO 02 — RECURSOS PARA A VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA, ETC.; 1 — CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, ETC.; PONTO 3 — TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E ENERGIA; INCISO 4 — FERROVIAS; ITEM 9 — ESTADO DO PARÁ; ALÍNEA 2 — PARA AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE TRILHOS, ACESSÓRIOS E DORMENTES, PARA A ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA, INCLUSIVE DESPESAS DE TRANSPORTES E PORTUÁRIOS.

**SEXTA** — As propostas não poderão conter senão uma fórmula de completa submissão a todas as condições deste Edital. Os preços em moeda corrente nacional, indicados em

algarismos e confirmados por extenso para cada unidade, não podendo exceder de 10% dos correntes na praça. Não serão tomadas em consideração quaisquer ofertas de vantagem previstas neste Edital, nem as propostas que contiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta mais barata.

**SÉTIMA** — Os preços unitários não poderão conter frações inferiores a Cr\$ 0,10, sendo excluído o artigo que não satisfizer essa condição. A Comissão poderá, entretanto, aceitar a redução para a unidade imediatamente inferior, se assim o solicitar por escrito o representante do proponente no ato da concorrência. A diferença de fração menor de ... Cr\$ 0,10, não será levada em conta como inferioridade de preço na respectiva comparação.

**OITAVA** — No caso de absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, poderá a Comissão, no próprio ato de concorrência ou a Administração da Estrada, posteriormente, proceder a uma nova concorrência entre os respectivos proponentes que versará sobre o maior abatimento por cada um feito sobre a oferta empata. Se nenhum deles quiser, porém fazer tal abatimento, proceder-se-á a sorteio para decidir a qual proponente caberá a adjudicação.

**NONA** — Só serão aceitas propostas de materiais já experimentados e julgados aceitáveis pela Estrada, conforme registro no livre competente do Almoxarifado. Os proponentes deverão mencionar em suas propostas as marcas dos materiais que desejarem fornecer. O proponente não poderá em caso algum, deixar de fornecer os materiais pedidos dentro dos prazos estabelecidos, assim como, deixar de substituir imediatamente aqueles que forem rejeitados, sob pena de multa de 10% sobre o valor do material fornecido, podendo ainda a Administração impedir o seu comparecimento durante um ano, às concorrências, e, na reincidência propor ao poder competente a cassação de sua idoneidade.

**DÉCIMA** — Os materiais deverão ser entregues dentro de trinta (30) dias CIF Belém, a contar da data do pedido.

**DÉCIMA PRIMEIRA** — A Estrada reserva-se o direito de aceitar parte de uma proposta e parte de outras, conforme a diferença para menos nos preços, assim como recusar todas as propostas apresentadas ou anular a concorrência, caso convenha aos seus interesses, sem que os concorrentes tenham direito a qualquer reclamação ou indenização.

**DÉCIMA SEGUNDA** — Todos os materiais deverão ser entregues à Estrada, acompanhados de uma relação minuciosa da respectiva fatura.

**DÉCIMA TERCERA** — A relação dos materiais a que se refere este Edital se acha afixada na portaria do Almoxarifado da Estrada, à disposição dos interessados.

**DÉCIMA QUARTA** — As faturas dos fornecimentos serão apresentadas em sete (7) vias, sendo a primeira devidamente selada e serão pagas depois de processadas na Delegacia Fiscal, em Belém. Cada fatura virá acompanhada de um requerimento ao Sr. Dr. Diretor da Estrada, solicitando o pagamento.

Belém, 27 de julho de 1955.

Edgar Távora de Albuquerque — Presidente da Comissão.  
(Ext. — Dias 2 e 12-8-55)

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA

Concorrência Administrativa N. 15

EDITAL N. 15 — GRUPO N. 15

Concorrência Administrativa para fornecimento de materiais para reforço da ponte sobre o rio Jambu-Assú, conforme listão, necessários à

**Estrada de ferro de Bragança, durante o ano de 1955.**

De ordem do Sr. Dr. Diretor, e de conformidade com o artigo 37, letra B, do Decreto-lei n. 2.206, de 20 de maio de 1940, torno público que no dia 23 de agosto de 1955, às nove (9,00) horas, no escritório do Almoxarifado, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, serão recebidas propostas para fornecimento de materiais para reforço da ponte sobre o rio Jambu-Assú, conforme listão, necessários à Estrada de Ferro de Bragança, durante o ano de 1955.

A Concorrência será presidida pelo Sr. Edgar Távora de Albuquerque, Auxiliar Administrativo, referência 26, ou na sua falta pelo funcionário designado pelo Sr. Dr. Diretor, e obedecerá as seguintes condições:

**PRIMEIRA** — As propostas em cinco (5) vias, a primeira devidamente selada, todas datadas, assinadas e rubricadas em suas páginas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, deverão ser apresentadas em envolucros fechados e lacrados, com a declaração por fóra, do assunto, nome e residência dos proponentes. Os envolucros serão abertos diante de todos os concorrentes presentes ao ato, devendo cada um rubricar folha por folha, as propostas de todos os outros. As propostas serão ainda rubricadas pelo presidente da Concorrência. Uma vez iniciada a abertura das propostas não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado respectivo.

**SEGUNDA** — Antes da adjudicação serão examinados os característicos e outros detalhes do material oferecido sendo excluídos os materiais de que os ditos elementos não estejam conforme as exigências do serviço. Feita essa exclusão, o fornecimento do artigo caberá ao proponente que houver oferecido preço mais barato, não podendo, em caso algum, o negociante inscrito recusar-se a satisfazer a encomenda sob pena de ser excluído o seu nome ou firma do registro de inscrições ou de correr por conta de sua caução a diferença com as aquisições do material a outro concorrente.

**TERCEIRA** — Em todos os fornecimentos terão preferência em igualdade de condições, os proponentes nacionais.

**QUARTA** — Só serão aceitas propostas de fornecedores já devidamente inscritos nesta Estrada de acordo com o Edital de inscrição publicado no DIARIO OFICIAL, do Estado, no dia 6 de janeiro do corrente ano.

**QUINTA** — As encomendas dos materiais referentes à presente concorrência correrão por conta da VERBA 4 — CONSIGNAÇÃO 2 — SUB-CONSIGNAÇÃO 02-31-01-03-15 — ITEM 1 — EMPEDRAMENTO E RESTAURAÇÃO DA VIA PERMANENTE, ETC..

**SEXTA** — As propostas não poderão conter senão uma fórmula de completa submissão a todas as condições deste Edital. Os preços em moeda corrente nacional, indicados em algarismos e confirmados por extenso para cada unidade, não poderão exceder de 10% dos correntes na praça. Não serão tomadas em consideração quaisquer ofertas de vantagem previstas neste Edital, nem as propostas que contiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta mais barata.

**SÉTIMA** — Os preços unitários não poderão conter frações inferiores a Cr\$ 0,10, sendo excluído o artigo que não satisfizer essa condição. A Comissão poderá, entretanto, aceitar a redução para a unidade imediatamente inferior, se assim o solicitar por escrito o representante do proponente no ato da concorrência. A diferença de fração menor de .... Cr\$ 0,10, não será levada em conta como inferioridade de preço na respectiva comparação.

**OITAVA** — No caso de absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, poderá a Comissão, no próprio ato de concorrência ou a Administração da Estrada, posteriormente, proceder a uma nova concorrência entre os respectivos proponentes que versará sobre o maior abatimento por cada um feito sobre a oferta empatada. Se nenhum deles quiser,

porém fazer tal abatimento, proceder-se-á a sorteio para decidir a qual proponente caberá a adjudicação.

**NONA** — Só serão aceitas propostas de materiais já experimentados e julgados aceitáveis pela Estrada, conforme registro no livro competente do Almoxarifado. Os proponentes deverão mencionar em suas propostas as marcas dos materiais que desejarem fornecer. O proponente não poderá em caso algum, deixar de fornecer os materiais pedidos dentro dos prazos estabelecidos, assim como, deixar de substituir imediatamente aqueles que forem rejeitados, sob pena de multa de 10% sobre o valor do material fornecido, podendo ainda a Administração impedir o seu comparecimento durante um ano, às concorrências, e, na reincidência propor ao poder competente a cassação de sua idoneidade.

**DÉCIMA** — Os materiais deverão ser entregues dentro de trinta (30) dias CIF Belém, a contar da data do pedido.

**DÉCIMA PRIMEIRA** — A Estrada reserva-se o direito de aceitar parte de uma proposta e parte de outras, conforme a diferença para menos nos preços, assim como recusar todas as propostas apresentadas ou anular a concorrência, caso convenha aos seus interesses, sem que os concorrentes tenham direito a qualquer reclamação ou indenização.

**DÉCIMA SEGUNDA** — Todos os materiais deverão ser entregues à Estrada, acompanhados de uma relação minuciosa da respectiva fatura.

**DÉCIMA TERCEIRA** — A relação dos materiais a que se refere este Edital se acha afixada na portaria do Almoxarifado da Estrada, à disposição dos interessados.

**DÉCIMA QUARTA** — As faturas dos fornecimentos serão apresentadas em sete (7) vias, sendo a primeira devidamente selada e serão pagas depois de processadas na Delegacia Fiscal, em Belém. Cada fatura virá acompanhada de um requerimento ao Sr. Dr. Diretor da Estrada, solicitando o pagamento.

Belém, 27 de julho de 1955.

Edgar Távora de Albuquerque — Presidente da Comissão.  
(Ext. — Dia 2-8-55)

MINISTÉRIO DA VIACAO E OBRAS PÚBLICAS  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO  
ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA  
Concorrência Administrativa N. 16  
EDITAL N. 16 — GRUPO N. 16

Concorrência Administrativa para fornecimento de material para soldagem de trilhos pelo sistema aluminotérmico ou semelhante, conforme listão, necessário à Estrada de Ferro de Bragança, durante o ano de 1955.

De ordem do Sr. Dr. Diretor, e de conformidade com o art. 37, letra B, do Decreto-lei n. 2.206, de 20 de Maio de 1940, torno público que no dia 25 de Agosto de 1955, às nove (9,00) horas, no escritório do Almoxarifado, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, serão recebidas propostas para fornecimento de material para soldagem de trilhos pelo sistema aluminotérmico ou semelhante, conforme listão, necessário à Estrada de Ferro de Bragança, durante o ano de 1955.

A Concorrência será presidida pelo sr. Edgar Távora de Albuquerque, Auxiliar-Administrativo, referência 26, ou na sua falta pelo funcionário designado pelo Sr. Dr. Diretor, e obedecerá às seguintes condições:

**PRIMEIRA** — As propostas em cinco (5) vias, a primeira devidamente selada, todas datadas, assinadas e rubricadas em suas páginas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, deverão ser apresentadas em envolucros fechados e lacrados, com a declaração por fóra, do assunto, nome e residência dos proponentes. Os envolucros serão abertos diante de todos os concorrentes presentes ao ato, devendo cada um rubricar, folha a folha, as propostas de todos os outros. As propostas serão ainda rubricadas pelo Presidente da Concorrência. Uma vez iniciada a abertura das propostas não serão admitidas

qualsquer retificações que possam influir no resultado res- pectivo.

**SEGUNDA** — Antes da adjudicação serão examinados os característicos e outros detalhes do material oferecido, sendo excluídos os materiais de que os ditos elementos não estejam conforme as exigências do serviço. Feita essa exclusão, o fornecimento do artigo caberá ao proponente que houver oferecido preço mais barato, não podendo, em caso algum, o negociante inscrito recusar-se a satisfazer a encomenda sob pena de ser excluído o seu nome ou firma do registro de inscrições ou de correr por conta de sua caução a diferença com as aquisições do material a outro concorrente.

**TERCEIRA** — Em todos os fornecimentos terão preferência, em igualdade de condições, os proponentes nacionais.

**QUARTA** — Só serão aceitas propostas de fornecedores já devidamente inscritos nesta Estrada, de acordo com o Edital de Inscrição publicado no DIARIO OFICIAL do Estado, no dia 6 de Janeiro do corrente ano.

**QUINTA** — As encomendas dos materiais referentes à presente concorrência correrão por conta da VERBA 4 — CONSIGNAÇÃO 2 — SUBCONSIGNAÇÃO 02-31-01-03-15 — ITEM 1 — EMPEDRAMENTO E RESTAURAÇÃO DA VIA PERMANENTE, ETC..

**SEXTA** — As propostas não poderão conter senão uma fórmula de completa submissão a todas as condições dêste Edital. Os preços em moeda corrente nacional, indicados em algarismos e confirmados por extenso, para cada unidade, não poderão exceder de 10% dos correntes na praça. Não serão tomadas em consideração quaisquer ofertas de vantagens previstas neste Edital, nem as propostas que contiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta mais barata..

**SÉTIMA** — Os preços unitários não poderão conter frações inferiores a Cr\$ 0,10, sendo excluído o artigo que não satisfizer essa condição. A Comissão poderá, entretanto, aceitar a redução para a unidade imediatamente inferior se assim o solicitar por escrito o representante do proponente no ato da concorrência. A diferença de fração menor a Cr\$ 0,10, não será levada em conta como inferioridade de preço na respectiva comparação.

**OITAVA** — No caso de absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, poderá a Comissão, no próprio ato da concorrência ou a Administração da Estrada, posteriormente, proceder a uma nova concorrência entre os respectivos proponentes que versará sobre o maior abatimento por cada um feito sobre a oferta empatada. Se nenhum deles quiser, porém, fazer tal abatimento, proceder-se-á o sorteio para decidir a qual proponente caberá a adjudicação.

**NÔNA** — Só serão aceitas propostas de materiais já experimentados e julgados aceitáveis pela Estrada, conforme registro no livro competente do Almoxarifado. Os proponentes deverão mencionar em suas propostas as marcas dos materiais que desejarem fornecer. O proponente não poderá, em caso algum, deixar de fornecer os materiais pedidos dentro dos prazos estabelecidos, assim como deixar de substituir imediatamente aqueles que forem rejeitados, sob pena de multa de 10% sobre o valor do material fornecido, podendo ainda a Administração impedir o seu comparecimento durante um ano às concorrências, e, na reincidência, propor ao poder competente a cassação de sua idoneidade.

**DÉCIMA** — Os materiais deverão ser entregues dentro de trinta (30) dias CIF Belém, a contar da data do pedido.

**DÉCIMA PRIMEIRA** — A Estrada reserva-se o direito de aceitar parte de uma proposta e partes de outras, conforme a diferença para menos nos preços, assim como de recusar todas as propostas apresentadas ou anular a concorrência, caso isso convenha aos seus interesses, sem que os concorrentes tenham direito a qualquer reclamação ou indenização.

**DÉCIMA SEGUNDA** — Todos os materiais deverão ser

entregues à Estrada acompanhados de uma relação minuciosa da respectiva fatura.

**DÉCIMA TERCEIRA** — A relação dos materiais a que se refere este Edital se acha afixada na portaria do Almoxarifado da Estrada, à disposição dos interessados.

**DÉCIMA QUARTA** — As faturas dos fornecedores serão apresentadas em sete (7) vias, sendo a primeira devidamente selada, e serão pagas, depois de processadas na Delegacia Fiscal, em Belém. Cada fatura virá acompanhada de um requerimento ao Sr. Dr. Diretor da Estrada, solicitando o pagamento.

Belém, 27 de Julho de 1955.

**EDGAR TÁVORA DE ALBUQUERQUE**

Presidente da Comissão

(Ext. — Dia 2-8-55)

**MINISTÉRIO DA VIACAO E OBRAS PÚBLICAS  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO  
ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA**

**Concorrência Administrativa N. 17**

**EDITAL N. 17 — GRUPO N. 17**

**Concorrência Administrativa para fornecimento de aros e eixos para locomotivas e veículos, necessários à Estrada de Ferro de Bragança, durante o ano de 1955.**

De ordem do Sr. Dr. Diretor, e de conformidade com o art. 37, letra B, do Decreto-lei n. 2.206, de 20 de Maio de 1940, torno público que no dia 26 de Agosto de 1955, às nove (9,00) horas, no escritório do Almoxarifado, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, serão recebidas propostas para fornecimento de aros e eixos para locomotivas e veículos, necessários à Estrada de Ferro de Bragança, durante o ano de 1955.

A Concorrência será presidida pelo sr. Edgar Távora de Albuquerque, Auxiliar-Administrativo, referência 26, ou na sua falta pelo funcionário designado pelo Sr. Dr. Diretor, e obedecerá às seguintes condições:

**PRIMEIRA** — As propostas em cinco (5) vias, a primeira devidamente selada, todas datadas, assinadas e rubricadas em suas páginas, sem emendas; rasuras ou entrelinhas, deverão ser apresentadas em envólucros fechados e lacrados, com a declaração por fóra, do assunto, nome e residências dos proponentes. Os envólucros serão abertos diante de todos os concorrentes presentes ao ato, devendo cada um rubricar, folha a folha, as propostas de todos os outros. As propostas serão ainda rubricadas pelo Presidente da Concorrência. Uma vez iniciada a abertura das propostas não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado respectivo.

**SEGUNDA** — Antes da adjudicação serão examinados os característicos e outros detalhes do material oferecido, sendo excluídos os materiais de que os ditos elementos não estejam conforme as exigências do serviço. Feita essa exclusão, o fornecimento do artigo caberá ao proponente que houver oferecido preço mais barato, não podendo, em caso algum, o negociante inscrito recusar-se a satisfazer a encomenda sob pena de ser excluído o seu nome ou firma do registro de inscrições ou de correr por conta de sua caução a diferença com as aquisições do material a outro concorrente.

**TERCEIRA** — Em todos os fornecimentos terão preferência, em igualdade de condições, os proponentes nacionais.

**QUARTA** — Só serão aceitas propostas de fornecedores já devidamente inscritos nesta Estrada, de acordo com o Edital de Inscrição publicado no DIARIO OFICIAL do Estado, no dia 6 de Janeiro do corrente ano.

**QUINTA** — As encomendas dos materiais referentes à presente concorrência correrão por conta da VERBA 4 — CONSIGNAÇÃO 3 — SUBCONSIGNAÇÃO 02-31-01-03-15 — ITEM 1 — AQUISIÇÃO, RECUPERAÇÃO DE MATERIAL RODANTE E DE TRAÇÃO, INCLUSIVE SOBRESALENTES.

**SEXTA** — As propostas não poderão conter senão uma fórmula de completa submissão a todas as condições dêste Edital. Os preços em moeda corrente nacional, indicados em algarismos e confirmados por extenso, para cada unidade, não poderão exceder de 10% dos correntes na praça. Não serão tomadas em considerações quaisquer ofertas de vantagens previstas neste Edital, nem as propostas que contiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta mais barata.

**SÉTIMA** — Os preços unitários não poderão conter frações inferiores a Cr\$ 0,10, sendo excluído o artigo que não satisfizer essa condição. A Comissão poderá, entretanto, aceitar a redução para a unidade imediatamente inferior se assim o solicitar por escrito o representante do proponente no ato da concorrência. A diferença de fração menor a Cr\$ 0,10, não será levada em conta como inferioridade de preço na respectiva comparação.

**OITAVA** — No caso de absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, poderá a Comissão, no próprio ato da concorrência ou a Administração da Estrada, posteriormente, proceder a uma nova concorrência entre os respectivos proponentes que versará sobre o maior abatimento por cada um feito sobre a oferta empata. Se nenhum deles quiser, porém, fazer tal abatimento, proceder-se-á o sorteio para decidir a qual proponente caberá a adjudicação.

**NÔNA** — Só serão aceitas propostas de materiais já experimentados e julgados aceitáveis pela Estrada, conforme registro no livro competente do Almoxarifado. Os proponentes deverão mencionar em suas propostas as marcas dos materiais que desejarem fornecer. O proponente não poderá, em caso algum, deixar de fornecer os materiais pedidos dentro dos prazos estabelecidos, assim como deixar de substituir imediatamente aqueles que forem rejeitados, sob pena de multa de 10% sobre o valor do material fornecido, podendo ainda a Administração impedir o seu comparecimento durante um ano às concorrências, e, na reincidência, propor ao poder competente a cassação de sua idoneidade.

**DÉCIMA** — Os materiais deverão ser entregues dentro de trinta (30) dias CIF Belém, a contar da data do pedido.

**DÉCIMA PRIMEIRA** — A Estrada reserva-se o direito de aceitar parte de uma proposta e partes de outras, conforme a diferença para menos nos preços, assim como de recusar todas as propostas apresentadas ou anular a concorrência, caso isso convenha aos seus interesses, sem que os concorrentes tenham direito a qualquer reclamação ou indenização.

**DÉCIMA SEGUNDA** — Todos os materiais deverão ser entregues à Estrada acompanhados de uma relação minuciosa da respectiva fatura.

**DÉCIMA TERCEIRA** — A relação dos materiais a que se refere este Edital se acha afixada na portaria do Almoxarifado da Estrada, à disposição dos interessados.

**DÉCIMA QUARTA** — As faturas dos fornecedores serão apresentadas em sete (7) vias, sendo a primeira devidamente selada, e serão pagas depois de processadas na Delegacia Fiscal, em Belém. Cada fatura virá acompanhada de um requerimento ao Sr. Dr. Diretor da Estrada, solicitando o pagamento.

Belém, 27 de julho de 1955.

**EDGAR TÁVORA DE ALBUQUERQUE**

Presidente da Comissão

(Ext. — Dia 2-8-55)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO  
ECONÔMICA DA AMAZÔNIA**

**SETOR DE MATERIAL**

**Coleta de Preços n. 165/55**

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia solicita cotação de preços para os seguintes serviços num jeep marca Willys :

- a) Conserto nos estofof dos bancos;
- b) Pintura do piso dianteiro ;
- c) Desamolgar os estribos;
- d) Substituir os vidros do farol traseiro ;
- e) Conserto nas molas das sanefas laterais ;
- f) Substituir as ponteiras de direção ;
- g) Colocação de um banco.

As propostas deverão ser entregues no Setor de Material da S. P. V. E. A., sito à Passagem Bolonha, 6, até o dia 5-8-1955, às 10 horas, em envelope fechado e devidamente seladas.

Setor de Material da S. P. V. E. A. em 29-7-1955.

(a.) **OYAMA DE MACEDO**

Chefe do S. Mt.

(Ext. — Dias 31-7 e 2-8-55)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO  
ECONÔMICA DA AMAZÔNIA**

**SETOR DE MATERIAL**

**Coleta de Preços n. 162-55**

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia solicita cotação para os seguintes serviços :

- 1) Envernizado ou polimento de cada móvel;
- 2) Conserto de gavetas, cada;
- 3) Conserto de fechaduras, cada;
- 4) Conserto de portas de estantes, cada;
- 5) Conserto de assentos ou encostos de cadeiras;
- 6) Conserto de pés ou molas de cadeiras, cada;
- 7) Conserto de pés ou pernas de mesa, cada;
- 8) Mudança de fechaduras, inclusive material, cada;
- 9) Colocação de vidros nas estantes, cada;
- 10) Colocação de puxadores de gavetas, cada;
- 11) Colocação de placas ou chapas de identificação de cada móvel ou utensílio, cada;
- 12) Suporte de madeira para arquivo de aço, cada.

As propostas deverão ser entregues no Setor de Material da S.P.V.E.A., sito à Passagem Bolonha n. 6, até o dia 3-8-55, às 9 horas, em envelope fechado, sem rasura e devidamente selada.

Setor de Material da S.P.V.E.A., em 27-7-55.

**OYAMA DE MACEDO**

Chefe do S. Mt.

(Ext. — Dias 30, 31-7- e 2-8-55)

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**DE BELÉM**

**Aforamento de Terras**

O sr. dr. engº Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virão ou dêle tiverem notícia, que havendo a sra. Vitória Maria da Conceição, brasileira, solteira, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Pirajá, Itororó, 1.<sup>a</sup> de Dezembro e Tito Franco, de onde dista 155,90 metros.

Dimensões:  
Frente — 7,85 metros;

Fundos — 50,00 metros;

Área — 586,305 metros quadrados.

Ter a forma paralelográfica. Confina de ambos os lados com quem de direito. O terreno está todo cercado e edificado com uma barraca s/n.

Convido os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de trinta dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este pu-

## DIARIO OFICIAL

Agosto — 1955

blicado no DIARIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Belém, 11 de julho de 1955.

Valdir Acatauassú Nunes

Secretário de Obras  
(T. — 11.765 — 13 e 23/7 e  
2/8155 — Cr\$ 120,00)

lém, por nomeação legal, etc. Faz saber, aos que o presente edital virem ou dêle tiverem notícia, que havendo a sra. Hermínia Carmen de Oliveira Miranda, brasileira, solteira, residente nessa cidade, requerido por aforamento o terreno situado no lote n. 55 da Curuzú, lado esquerdo frente à passagem.

Dimensões:  
Frente — 8,00 metros;  
Fundos — 24,00 metros;

Área — 192,00 metros quadrados.

Tem a forma regular. Baldio, cipal de Belém, 20 de julho de 1955.

Convidado os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIARIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 20 de julho de 1955.

Valdir Acatauassú Nunes  
Secretário de Obras  
(T. — 11.811 — 22/7, 2 e 12/8/55 — Cr\$ 120,00)

Aforamentos de Terras  
O sr. dr. engº Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dêle tiverem notícia, que havendo o sr. Djalma Aragão de Menezes, brasileiro, casado, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Diogo Moia, Antônio Barreto, Alimrante Wandekolk e D. Romualdo de Seixas distando de 230,80 metros.

Dimensões:  
Frente — 7,00 metros;  
Fundos — 60,00 metros;

Tem uma área de 420,00 metros quadrados.

Tem a forma paralelográfica. Confina à direita com o imóvel n. 174 e à esquerda com o imóvel n. 170. No terreno tem uma barraca coletada sob o número 172.

Convidado os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIARIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Belém, 9 de julho de 1955.

Valdir Acatauassú Nunes  
Secretário de Obras  
(T. — 11.767 — 13 e 23/7 e  
2/8155 — Cr\$ 120,00)

Aforamentos de Terras  
O sr. dr. Engº Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dêle tiverem notícia, que havendo a sra. Ernestina de Oliveira Pantaja, brasileira, casada, professora aposentada, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Vileta, Tumaitá, Antônio Everdoso e Pedro Miranda, de onde dista 69,50 metros.

Dimensões:  
Frente — 8,00 metros;

Fundos — 71,50 metros;

Área — 572,00 metros quadrados.

Tem a forma paralelográfica. Confina de ambos os lados com quem de direito. No terreno há enterramentos efetuados de 16

um chalet coletado sob o n. 306. Convidado os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de trinta dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIARIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Belém, 12 de julho de 1955.

Valdir Acatauassú Nunes  
Secretário de Obras  
(T. — 11.758 — 13 e 23/7 e  
2/8155 — Cr\$ 120,00)

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM

Secretaria de Administração

Na forma prevista pelo art. 205, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, pelo presente Editorial, convidado os seguintes transeuntes, da Secretaria de Finanças, Sebastião Silva, Edgar Assis Nogueira, Noginel Varela Barca, Alceu Varela Barca, Florentino Manoel da Fonseca e Jorge Alvarez Rodrigues, a assumirem, dentro do prazo de trinta (30) dias, o exercício de seus cargos, dos quais se acham afastados por mais de trinta (30) dias consecutivos, sob pena de findo o mencionado prazo ou não sendo feita prova da existência de força maior ou coação ilegal, serem demitidos por abandono aos seus cargos, de acordo com o disposto no art. 36 da citada Lei.

Secretaria de Administração, 15 de julho de 1955.

Dr. Pádua Costa  
Secretário de Administração

(G. — Dias 20, 21, 22, 23, 24, 25,

27, 28, 29, 30 e 31/7; 2, 3, 4, 5, 6,

7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18

e 19/8/55)

de Citação, com o prazo de trinta (30) dias, ao exmo. sr. Veríssimo Paulo da Trindade, ex-prefeito municipal de Bujarú

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente assinado, cumprindo o disposto no art. 52 da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e no Ato n. 5, de 14/1/55 (D. O. de 19/1/55), cita como citado fica, através do presente Editorial, que será publicado durante 30 dias, o exmo. sr. Veríssimo Paulo da Trindade, para, no prazo de dez (10) dias, após a última publicação, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de Tomada de Contas, exercício de mil novecentos e cinquenta e três (1953) — (processo n. 522), pois está concluída a sua preparação.

Decorrido o prazo e não atendido a citação, entrará o feito na fase de julgamento.

Belém, 22 de julho de 1955.

Dr. Benedito de Castro Frade

Ministro Presidente

(G. — 24, 26, 27, 28, 29, 30 e 31/7;

2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14,

16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25 e

26/8)

## EDITAL

de Citação, com o prazo de trinta (30) dias, ao exmo. sr. Alberto Garcia Soares, ex-prefeito municipal de Altamira

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente assinado, cumprindo o disposto no art. 52 da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e no Ato n. 5, de 14/1/55 (D. O. de 19/1/55), cita, como citado fica através do presente editorial, que será publicado durante 30 dias, o exmo. sr. Alberto Garcia Soares, ex-prefeito municipal de Altamira, para no prazo de dez (10) dias, após a última publicação, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de Tomada de Contas, exercício de mil novecentos e cinquenta e três (1953) — (Processo n. 280), pois está concluída a sua preparação.

Decorrido o prazo e não atendida a citação, o feito na fase de julgamento.

Belém, 22 de julho de 1955.

Dr. Benedito de Castro Frade

Ministro Presidente

(G. — 24, 26, 27, 28, 29, 30 e 31/7;

2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14,

16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25 e

26/8)

## CITAÇÃO COM O PRAZO DE DEZ (10) DIAS

Aos Exmos. Srs. Odilar Maciel

Barreto, Prefeito Municipal de

Itupiranga; Salomão Gomes

Ferreira, Fiscal; Tarquino N.

Chaves, Tesoureiro, Nair M.

Chaves Gonçalves, Tesoureiro e

Antônio Braga Chaves, Contador, por seu Presidente assinado, cumprindo o disposto

no art. 52 da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e de

acordo com o Ato n. 6, de... 18-3-55, (D. O. de 26-3-55), cita, como citado fica, através do presente Editorial, que será publicado durante trinta (30) dias, que os

exmos. srs. Odilar Maciel Barreto, prefeito Municipal de Itupiranga, Salomão Gomes Ferreira fiscal; Tarquino N. Chaves, tesoureiro; Nair M. Chaves Gonçalves tesoureiro e Antônio Braga Chaves, contador, todos da referida

prefeitura, para no prazo de dez (10) dias, após a última publicação, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo

de Tomada de Contas, instaurado

com fundamento nos arts. 35

36 da referida Lei n. 603, (Pro

cesso n. 120) exercício de mil no-

vecentos e cinquenta e três (1953)

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM

CEMÍTERIO DE SANTA ISABEL

Secretaria de Administração

De ordem do Exmo. Sr. Dr.

Secretário de Administração no-

tífico a quem interessar que, ha-

vendo urgente necessidade de

sepultura do Quadro Geral para

novos enterramentos, serão exu-

madas as abaixo mencionadas

cujos prazos estão esgotados de

vendo os interessados require-

rem compra, exumação ou pro-

rogação e efetuarem o pagamen-

to das taxas e impostos estabe-

lecidos na Lei, ficando para isso

marcado o prazo de vinte (20)

dias, a contar da data da publi-

ciação deste Editorial, sob pena de

esgotado o prazo acima, não te-

rem direito a reclamação al-

guna.

## QUADRO DE ADULTO N. 9

ANTIGO 2-G

Sepulturas ns. 136.411 a 136.623,

enterramentos efetuados de 16



prova de haver concluído o curso profissional pelo menos há seis (6) anos:

VI — Documento de atividade profissional ou científica que se relacione com a disciplina em curso;

VII — Prova de pagamento da taxa de inscrição no valor de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00).

O Concurso é de Títulos e Provas. O Concurso de Títulos constará da apreciação dos seguintes elementos comprovatórios do mérito do candidato:

I — Diploma ou quaisquer outras dignidades universitárias ou acadêmicas;

II — Exemplares impressos de trabalhos científicos de obras sobre Direito ou estudos ou pareceres especialmente daqueles que assinalem contribuição original ou revelem conceitos doutrinários pessoais de real valor;

III — Documentação relativa às atividades didáticas exercidas;

IV — Realizações práticas de natureza técnica ou profissional, particularmente do interesse coletivo.

O simples desempenho de funções públicas, trabalhos cuja autoria exclusiva não possa ser autenticada, atestados graciosos, não constituem títulos idôneos.

O Concurso de Provas constará sucessivamente:

I — Prova escrita;

II — Defesa de tese;

III — Prova didática.

Os pontos nas diversas provas, serão organizados de modo a incluirem matéria referente à Introdução à Ciência do Direito.

Nenhum candidato será admitido após a hora indicada para encerramento da inscrição e aos candidatos, cujos documentos não se acharem revestidos de todas as formalidades legais, concederá o Diretor um prazo não excedente de dez (10) dias para a respectiva legalização, sob pena de exclusão definitiva do Concurso. Será igualmente excluído do Concurso o candidato que até o momento do encerramento da inscrição não houver entregue à Secretaria da Faculdade cinquenta (50) exemplares impressos de sua tese.

A Prova Escrita versará sobre assunto incluído em um ponto constante de uma lista de dez a vinte (10 a 20) pontos, organizados pela Comissão Julgadora.

Sorteado o ponto pelo candidato inscrito em primeiro lugar e na presença dos demais, terá imediatamente início a prova cuja execução não excederá de seis (6) horas.

A Defesa de Tese será realizada pela ordem de inscrições dos candidatos. Caberá a cada um dos membros da Comissão arguir cada Tese apresentada pelo prazo de trinta (30) minutos e será assegurado, para respectiva defesa, igual tempo ao concorrente.

A Prova Didática constará de uma dissertação, pelo prazo improrrogável de cinquenta (50) minutos, sobre o ponto sorteado com vinte e quatro horas de antecedência, de uma lista de dez a vinte (10 a 20) pontos organizados pela Comissão Julgadora.

São isentos de selos a Tese e os Trabalhos impressos apresentados como Títulos, sendo os demais documentos selados na forma da lei.

As inscrições encerram-se no dia 1 de outubro de 1955, às 12,30 horas.

O expediente da Secretaria obedece ao seguinte horário: Das 7 às 12,30 horas.

Secretaria da Faculdade de Medicina de São Luís do Maranhão, 30 de dezembro de 1954.

Dra. Rosa Aroso Mendes, secretária. Visto: — Dr. João Hermogenes de Matos, diretor.

(G. 23/4: 23/6 e 23/8/55)

#### UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

#### FACULDADE DE MEDICINA

#### Concurso para provimento do cargo de Professor Catedrático de Clínica Propedéutica Médica

realizadas de acordo com as normas em vigor, lei vigente e programa publicado em anexo.

Estão isentos de selo as teses dos na forma da lei.

As inscrições serão encerra-

das no dia 31 de agosto de 1955, às 16 horas.

Belo Horizonte, 4 de janeiro de 1955. — (a) Dr. Sylvio da Matta Machado, secretário.

(G. 23/4: 23/5; 23/6; 23/7 e 23/8/55)

## EDITAIS

## ANÚNCIOS

#### SUCURI ESPORTE CLUBE

Resumo dos Estatutos do "Sucuri Esporte Clube", aprovados em sessão de Assembleia Geral de 21 de abril de 1955.

Denominação — Sucuri Esporte Clube.

Fundo social — É constituído de: joias, mensalidades, donativos, rendas eventuais, etc.

Fins — Tem por fim:

a) criar, incentivar e desenvolver o atletismo, pelos meios ao seu alcance;

b) proporcionar aos seus associados, divertimentos úteis, proveitosos e benéficos, sempre que seus cofres sociais o permitam;

c) cuidar do desenvolvimento físico dos seus associados, sempre que seus cofres e auxíliem;

d) corresponder-se com as associações congêneres, solicitando e permittendo esclarecimentos tendentes à aproximação dos esportes em geral.

Data da fundação — 21 de abril de 1955.

Sede — Cidade de Belém, Estado do Pará, Brasil.

Duração — Tempo indeterminado.

Administração e representação — Diretoria.

Prazo do mandato da Diretoria — Um ano.

Responsabilidades — Dos Estatutos não consta se os sócios respondem ou não, subsidiariamente, pelas obrigações contrai das em nome do Clube, pelos que o dirigem.

Dissolução — Em caso de dissolução do Clube, o remanescente será entregue ao Asilo de Alienados do Pará.

Diretoria — Presidente: — Darcy Lira Ribeiro, casado brasileiro, solteiro, militar, residente na Base Aérea.

Vice-Presidente — Waldir Ribeiro, brasileiro, solteiro, militar, residente 14 de Março 567.

Tesoureiro — Salim Sales Abramim, brasileiro, solteiro, militar, residente, Roso Danin 58.

1.º Secretário — Ramiz Rachid solteiro, brasileiro, militar, residente, base Aérea de Belém.

2.º Secretário — Raul Peixoto de Oliveira, brasileiro, solteiro, militar, residente Base Aérea de Belém.

Diretor de Esportes — Augusto Herculano Alves, brasileiro, solteiro, militar, residente Praça Felipe Patroni n. 15.

Belém, 23 de julho de 1955.

(a.) Darcy Lira Ribeiro, Presidente.

(T. 11.868 — 2-8-55—Cr\$ 200,00)

#### SUPERINTENDÊNCIA DO SERVIÇO DE PROFILAXIA DA LEPROSA NO ESTADO DO PARÁ

Propostas para construção de um Dispensário de Lepra tipo "C".

#### CONSTRUTORA GUALO LTDA.

Elmo. Sr. Dr. CELIO MARINHO DE PAULA MOTTA

D. D. Representante do Serviço Nacional de Lepra.

Nesta

Prezado Senhor:

Atendendo ao edital de Concorrência Pública n. 135, dessa Superintendência para a construção de um Dispensário de Lepra, tipo "C", no bairro da Sacramenta, vimos apresentar o nosso orçamento para construir o referido imóvel.

Comprometemo-nos a executar o serviço acima discriminado pela importância total de seiscentos e vinte mil cruzeiros ... Cr\$ 620.000,00.

O prazo para execução dos mesmos será de cento e oitenta dias úteis.

As parcelas de pagamento po derão ser distribuídas da seguinte forma:

1.ª prestação — Na conclusão dos baldrames 20%.

2.ª Prestação — Na conclusão da alvenaria 20%.

3.ª prestação — Na conclusão cobertura 20%.

4.ª prestação — na conclusão dos rebocos 20%.

5.ª prestação — Na conclusão da obra 15%.

6.ª prestação — 30 dias após a entrega 5%.

— Ou a ajustar posteriormente, de uma maneira justa para ambas as partes.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a V. S. nossas corais saudações. — P. P. CONSTRUTORA GUALO LTDA.

(a.) Teivelino Guapindaia.

#### EMPRESA DE CONSTRUÇÕES CIVIS E RODOVIÁRIAS LTDA.

Belém, 27 de julho de 1955

A Comissão Apuradora da Corrência para a Construção de um Dispensário Tipo "C". Serviço Nacional de Lepra Belém-Pará.

De acordo com os termos do Edital de Concorrência para a construção de um Dispensário tipo "C" a ser construído em terreno do bairro da Sacramenta, e tendo em vista os projetos e especificações apresentadas para estudo, vimos apresentar a nossa proposta nos termos seguintes:

1 — O preço global dos serviços é de quatrocentos e sessenta e oito mil cento e oitenta e seis cruzeiros e sessenta centavos .. (Cr\$ 468.186,60), de acordo com o orçamento analítico anexo;

2 — Quanto à qualidade os materiais a serem empregados obedecerão às Especificações Técnicas apresentadas;

3 — O prazo para a conclusão dos trabalhos é de cento e cinquenta (150) dias úteis a contar do inicio das obras;

4 — Quanto ao pagamento ficará ao critério da entidade, podendo ser em três prestações iguais ou em uma única prestação na entrega das obras;

5 — Quanto a garantia para a execução do contrato, ofereceremos fiança bancária ou depósito do valor correspondente a dez por cento (10%) do valor do contrato.

Saudações,

#### EMPRESA DE CONSTRUÇÕES CIVIS E RODOVIÁRIAS LTDA.

(a.) Eng. Manoel Cavaleiro de Macedo, Gerente.

Ilmo. Sr. Dr. Superintendente do Serviço de Profilaxia da Lepra no Estado do Pará.

Alfredo Boneff, firma construtora estabelecida à Av. Cte. Braz de Aguiar, n. 35, nesta Capital, compromete-se a executar os serviços da construção de um Dispensário de Lepra Tipo "C", obedecendo ao projeto e às especificações fornecidas por essa Superintendência, pelo preço global de Cr\$ 500.858,00 (quinhenos mil oitocentos e cinqüenta e oito cruzeiros), entregando esse serviço no prazo de cento e cinqüenta dias úteis.

Atenciosas saudações.

(a.) Alfredo Boneff — Eng. Ci vil C. P. 131 D.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diario da Justiça

DO ESTADO DO PARA

ANO XX

BELÉM — TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 1955

NUM. 4.435

## PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Marcos Ramos de Assunção e dona Raimunda Pereira.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, func. público, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. 2 de Junho, 56, filho de José Basílio de Assunção e de dona Teresina Gomes da Silva.

Ela é também solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. 2 de Junho, 56, filha de João Pereira e de dona Belarmino Pereira.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do pará, a 1 de agosto de 1955.

E eu, Raimundo Honório da Silva, Oficial de casamentos nessa capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Raimundo Honório.

(T. 11.864 — 2 e 9-8-55 — Cr\$ 40,00).

Faço saber que se pretendem casar o Sr. João Xavier de Souza e dona Raimunda dos Reis.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, marceneiro, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. Jutahí, 68, filho de Lúcio José de Souza e de dona Joana Xavier de Souza.

Ela é também solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. Jutahí, 68, filho de Lúcio José de Souza e de dona Joana Xavier de Souza.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, pedreiro, domiciliado nesta cidade e residente à Passagem Teixeira, 292, filho de João de Deus Trindade e de dona Joana Nascimento Trindade.

Ela é também solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Passagem Teixeira, 292, filha de Elza Pitura de Souza.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do pará, a 1 de agosto de 1955.

E eu, Raimundo Honório da Silva, Oficial de casamentos nessa capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Raimundo Honório.

(T. 11.865 — 2 e 9-8-55 — Cr\$ 40,00).

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Adelman Barros Cardoso e a senhorinha Maria Selma Duarte de La-Roque.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, bancário e domiciliado nesta cidade e residente à Av. Gentil Bittencourt, 273, filho de Samuel Rodrigues Cardoso e de dona Maria Barros Cardoso.

Ela é também solteira, natural do Amapá, Clevelandia, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Rua São Pedro, 426, filha de Abel de La-Roque e de dona Valdomira Duarte de La-Roque.

## EDITAIS

### JUDICIAIS

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do pará, a 1 de agosto de 1955.

E eu, Raimundo Honório da Silva, Oficial de casamentos nessa capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Raimundo Honório.

(T. 11.866 — 2 e 9-8-55 — Cr\$ 40,00).

Faço saber que se pretendem casar o Sr. João Xavier de Souza e dona Raimunda dos Reis.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, marceneiro, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. Jutahí, 68, filho de Lúcio José de Souza e de dona Joana Xavier de Souza.

Ela é também solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. Jutahí, 68, filho de Lúcio José de Souza e de dona Joana Xavier de Souza.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do pará, a 1 de agosto de 1955.

E eu, Raimundo Honório da Silva, Oficial de casamentos nessa capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Raimundo Honório.

(T. 11.867 — 2 e 9-8-55 — Cr\$ 40,00).

BEM DE FAMILIA

Fenelon Guilherme Perdigão Oficial do Segundo Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, República dos Estados Unidos do Brasil, por nomeação legal.

Faço saber que, usando do direito que lhes é facultado pelo Código Civil Brasileiro, em seus arts. 70 e 73, e pelo Decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1951, em seus arts. 19 e 23, denominado de Organização e Proteção à Família, Júlio Domingues, brasileiro, comerciário, e sua mulher dona Aurora do Nascimento Domingues, brasileira, de prendas domésticas, casados na comunhão de bens, domiciliados e residentes nesta cidade, resolveram destinar o imóvel de sua legítima propriedade: Terreno edificado com o prédio número 397, à Travessa Dom Romualdo de Seixas, n.º 1, medindo 4,77m. de

tados da primeira publicação do presente edital.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado no DIARIO OFICIAL do Estado e afixado no lugar do costume na forma da lei.

Dado e passado nesta cidade de Marabá, do Estado do Pará, aos vinte de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955). Eu, Silvino Santos. Escrivão, o datilografei e conferei.

(a.) Manuel P. d'Oliveira Juiz de direito.

(T. 11.869 — 2-8-55 — Cr\$ 120,00)

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8.ª REGIÃO

Pelo presente Edital, e de ordem do Exmo. Sr. Dr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, notifico a quem interessar possa que o mesmo Tribunal, em audiência do dia vinte e sete do corrente, determinou a extensão da decisão proferida nos autos do Processo T.R.T. 34.55. Dissídio Coletivo intitulado pelo Sindicado dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Belém, contra o Sindicato da Indústria de Calçados de Belém, a toda a categoria profissional do Sindicato demandante, tendo os interessados o prazo de trinta dias para se manifestarem a respeito.

Ficam, outrossim, cientes dos termos da referida decisão, que é datada de 20-6-55 :

"Acordam os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares arroladas pelo Sindicato demandante, por falta de amparo legal e quanto ao mérito, conceder o aumento, nas seguintes bases:

(a.) Belém Amazonense da Costa, Oficial substituto  
(T. 11.863 — 2-8-55 — Cr\$ 180,00)

### COMARCA DE MARABA

O Doutor Manuel P. de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Marabá, do Estado do Pará, na forma da lei.

Faz saber aos que o presente edital viram ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos de execução de Nota Promissória que se processa perante este Juiz, que, para o fim de ser havido como penhora o crédito do executado Francisco de Oliveira, na ação que lhe move Jader Queiroz, consistente de um barco-motor denominado "Cisne Branco", em virtude das notas promissórias sob ns. 1 e 2, no valor total de sessenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 65.000,00), ficam os interessados notificados da referida penhora, considerando-se os mesmos cientes da penhora, após vinte (20) dias con-

templando os aumentos feitos espontaneamente pelos empregadores; não será compensado o aumento decorrente do atual salário mínimo da região; serão excluídos do aumento os que conseguem menos de um ano de serviço à data da decisão do Egrégio Tribunal Regional; os aumentos abrangerão os menores. O salário base é o vigente a 1 de maio de 1954".

Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, Belém, 29 de julho de 1955.

(a.) Raimundo Jorge Chaves, Diretor da Secretaria

(G. — 2-8-55)



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diário da Assembléia DO ESTADO DO PARA

ANO III

BELÉM — TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 1955

NUM. 389

Ata da 202a. sessão ordinária realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955), nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, reuniram-se, às nove (9) horas, à avenida Independência n. 134, onde o Tribunal de Contas tem a sua sede própria, os srs. ministros Adolfo Borges Xavier, Lindolfo Marques de Mesquita, Elmiro Gonçalves Nogueira e Mário Neponceno de Souza, sob a presidência do sr. ministro Benedito de Castro Frade, e a presença do sr. procurador dr. Demócrata Rodrigues de Noronha.

Lida e aprovada, sem restrições, a ata da sessão anterior, seguiu-se o expediente de telegrama do sr. Pedro Carneiro Moraes e Silva, prefeito municipal de Marabá, solicitando a este T. C. acusar recebimento de balancetes enviados; telegrama do sr. Francisco Xavier Lages de Mendonça, primeiro secretário da Câmara Municipal de Itaituba, e ofício n. 16-55, de 15 de julho de 1955, do sr. Antonio Gomes Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Guamá, comunicando a sua instalação, bem como dos membros que a constituem; circular n. 1-55, de 15-7-55, do sr. Raimundo Gomes de Sousa, presidente da Câmara Municipal de Curuçá, e ofício n. 19, de 15-7-55, do sr. Guilherme Ferreira de Cristo, presidente da Câmara Municipal de Maracanã, comunicando haver sido a mesma instalada; ofício n. 41-55, do sr. Gilberto Simões de Oliveira, prefeito municipal do Guamá, prestando esclarecimentos acerca das contas apresentadas a este Tribunal pelo sr. Andrassy Viana de Carvalho, ex-prefeito, e relativas ao exercício de 1955, no que se refere ao emprêgo da quota do Imposto de Renda; embargos opostos pelo advogado Aurélio Corrêa do Carmo; na qualidade de procurador de Raimundo Martins de Lima, ex-prefeito municipal de Igarapé-Miri, inconformado com a decisão contida no Acórdão 667, de 8 do corrente.

Na ordem do dia é anunciado o julgamento do processo n. 1.092, referente ao ofício n. 778, de 5-7-55, do dr. Salvador Rangel de Borborema, respondendo pelo expediente da S. I. J., remetendo para registro a aposentadoria de Dina Oliveira da Silva, professora de primeira entrância, padron A, do Quadro Único, com exercício na escola do Quilômetro 32, Colônia de Ianetama, Município de Castanhal, com os proventos proporcionais a 22 anos de serviços, acrescido de 15%, referente ao adicional por tempo de serviço.

Na qualidade de relator, o sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita diz: "Este Tribunal pelo venerando Acórdão n. 569, de 17-7-55, (D. O. de 26-5-55), julgou o registro da aposentadoria de Dina Oliveira da Silva, e resolveu, por maioria de votos, converter o julgamento em diligência, a fim de que o chefe do Poder Executivo retifique a redação do decreto que concedeu a referida aposentadoria,

que deve ser com fundamento no art. 159, item III, da lei 749, de 24-12-53, percebendo, nessa situação os proventos determinados pelo art. 160 da referida lei, acrescido dos 15% de adicional a que tem direito, devendo o cálculo da percepção proporcional dos proventos obedecer ao que expressa o voto vencedor do ex-mr. sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita.

Encaminhado o expediente ao chefe do Poder Executivo, foi atendida a diligência solicitada, em razão do que concedeu o registro".

Voto do sr. ministro Adolfo Borges Xavier: — "De acordo".

Voto do sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira: — "Concedo o registro, com a redação constante do voto que profere no primeiro julgamento (Acórdão n. 569).

Voto do sr. ministro Presidente:

— "De acordo".

Dessa forma, foi registrada a aposentadoria constante do processo n. 1.092.

E' anunciado o julgamento do processo n. 392, referente à prestação de contas do sr. Francisco Chagas da Silva, prefeito municipal de Curralinho, relativamente ao exercício financeiro de 1953, cujo parecer do dr. procurador e relatório do dr. auditor foram lidos na sessão 200a., realizada a 19-7-55, e constam dos autos às fls. 1.871, e 1.873 a 1.881.

O relator, sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, profere o voto: "O presente processo, constante de oito volumes, contando 1.872 folhas, refere-se à Prestação de Contas do ex-prefeito de Curralinho, Francisco Chagas da Silva. Trata-se do exercício financeiro de 1953. Auditor preparador o dr. Armando Dias Mendes, cujo minucioso relatório encontra-se às fls. 1.873 a 1.881, através do qual se torna conhecimento de graves irregularidades apuradas contra a administração em apreço.

A própria Câmara Municipal de Curralinho, em setembro do ano passado, considerou-se o órgão competente para tornar as contas do aludido gestor. Isto o fez e as impugnou, afastando-o do cargo, conforme comunicação que enviou ao T. C. Mais tarde, entretanto, na expectativa de não poder conseguir os dois terços dos seus membros para confirmar a culpa do gestor, visto um deles, trabalhado pelo prefeito, ameaçar não mais pretender comparecer às sessões, justamente para evitar a efetivação do "quorum" desejado.

Resolveu dita Câmara Municipal encaminhar ao T. C. a documentação examinada, acompanhada de ofício explicativo da razão porque assim agiu. Dita documentação, como era natural, foi juntada a estes autos, de que fiz menção para melhor elucidar o plenário.

A escrita relativa ao exercício de 1953, informa em seu relatório o

capazes de me induzirem a tal. var nenhuma prestação de contas de Prefeituras do interior, referente ao exercício de 1953, por não encontrar nas mesmas elementos

Desaprovando a presente Prestação de Contas, desde já considero o ex-prefeito Francisco Chagas da Silva, enquadrado nos efeitos da que dispõe o artigo 54, da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, que organizou o Tribunal de Contas do Estado.

Este é o meu voto.

Voto do sr. ministro Adolfo Borges Xavier: — "Acompanho o relator".

Voto do sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira: — "O estudo feito pelo sr. ministro relator, com fundamento nas peças que inscrevem os autos, sobre as quais se pronunciaram a Secção Técnica deste Tribunal, e o sr. auditor, em seus pareceres, leva-me a acompanhá-lo na conclusão a que chegou".

Voto do sr. ministro Mário Neponceno de Sousa: — A presente prestação de contas, objeto de julgamento, não há negar, diversamente completamente de outros casos específicos julgados por este Tribunal. Pelo voto do sr. ministro relator, verifica-se que o processo contém 8 volumes, todos eles examinados por funcionários do Estado, técnicos em contabilidade, como também por funcionários desta Corte de Contas, os quais concluíram pela responsabilidade do ex-prefeito, na importância assinalada pelo sr. relator do feito. Faz-se de se inferir que o processo esteja regularmente instruído, preparado com todos os documentos exigidos por lei, dai acompanhá-lo na integralidade o voto do sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Presidente:

— "De acordo com o relator".

Dessa forma, unanimemente, resolveu o plenário enquadrar o sr. Francisco Chagas da Silva, ex-prefeito municipal de Curralinho, nas disposições do art. 38, inciso V, e nas cominações do art. 54, da lei 603, de 20-5-53.

Após, é anunciado o julgamento do processo n. 112, referente à prestação de contas do sr. Ernani Gonçalves Chaves, prefeito municipal de Monte Alegre, relativamente ao exercício financeiro de 1953, cujo parecer do dr. procurador e relatório do dr. auditor, foram lidos na sessão 199a., realizada a 20-7-55, e constam dos autos às fls. 206 a 210.

Como relator, o sr. ministro Adolfo Borges Xavier profere o voto: O processo de prestação de contas da Prefeitura Municipal de Monte Alegre, referente ao exercício financeiro de 1953, entrou em julgamento neste Plenário, na sessão de 15 do mês em curso, com o relatório feito pelo ilustre Auditor Dr. Armando Dias Mendes e o parecer do ilustre Dr. Procurador, tendo o Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente me designado para, como Relator, dar o voto orientador.

Do estudo dos autos patenteia-se desde logo a insuficiente documentação apresentada pelo Sr. Ernani

Gonçalves Chaves, ex-prefeito daquela município, conforme destaca nas conclusões do seu relatório o Dr. Auditor, que em certa altura assim se expressa: "Embora pedidos não foram enviados outros documentos, como: Código Tributário, informações sobre as quotas do Fundo Rodoviário Nacional e do Imposto de Renda recebidas, idem sobre Convênios com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, discriminação da Receita extraorçamentária, idem e comprovantes da Despesa, extraorçamentária e vários dos relacionados no parágrafo único do artigo 36 da Lei 603 (Balanço Financeiro), demonstração da despesa com obras públicas e pessoal, Balanço Patrimonial, demonstrações das divisas flutuante e fundada, idem das variações patrimoniais, inventário ge-

ral, quadro comparativo do balanço do exercício encerrado com o anterior, balanço da Receita e da Despesa por distritos fiscais e agências municipais discriminadamente".

De fato, apesar dos esforços do Auditor Dr. Armando Dias Mendes, em cumprir o seu dever, não alcançou o seu objetivo de instruir convenientemente o processo, por não ter o gestor municipal atendido à solicitação que lhe foi feita para enviar a documentação necessária demonstrando, assim, um flagrante descaso às obrigações legais a que está sujeito, na forma do parágrafo único do art. 36, da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

O Balanço Geral da Receita e da Despesa, acusa o seguinte resumo do movimento financeiro do exercício de 1953:

Receita orçamentária arrecadada..	1.614.825,70	
Receita extra-orçamentária .....	11.184,70	1.626.010,40
		426.278,70
Saldo do exercício de 1952 .....		
SOMA .....	Cr\$ 2.052.289,10	
Despesa orçamentária efetuada .....	1.156.955,20	
Despesa extra-orçamentária .....	21.118,10	1.178.073,30
		Cr\$ 874.215,80
Saldo para o exercício de 1954.		

Conforme constatou o Dr. Auditor, não existem dados que caracterizem o resultado econômico do exercício de 1953.

Pelo exposto, verifica-se que as contas ora em julgamento não podem ser aprovadas e, assim, fica suficientemente definida a responsabilidade do sr. Ernani Gonçalves Chaves, por todas as despesas feitas e não comprovadas, ao exercer, no ano de 1953, as funções de prefeito municipal de Monte Alegre.

E não tendo sido atendida a citação que lhe fez esta Corte de Contas, para oferecer defesa dentro do prazo legal, voto pela fixação à revelia de toda a despesa não comprovada, nos termos do art. 38, inciso V, da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e consequentemente, enquadro o mencionado responsável nas combinações do art. 54 da mencionada lei.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo".

Voto do sr. ministro Elmo Gonçalves Nogueira: — "A conclusão a que chegou o sr. ministro relator, com base no estudo feito através dos pareceres emitidos pela Secção de Tomada de Contas, pelo dr. procurador e pelo sr. auditor, permite-me acompanhá-lo no voto proferido".

Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "Pelo exame jurídico feito pelo sr. ministro relator, constata-se que o processo feito através dos pareceres emitidos pela Secção de Tomada de Contas, pelo dr. procurador e pelo sr. auditor, permite-me acompanhá-lo no voto proferido".

Voto do sr. ministro Presidente: — "De acordo com o relator".

Dessa forma, por maioria de votos (4 x 1), resolveu o plenário enquadrar o sr. Ernani Gonçalves Chaves, ex-prefeito municipal de Monte Alegre, nas disposições do art. 38, inciso V, e nas combinações do art. 54 da lei 603, de 20/5/53.

A seguir, é anunciado o julgamento do processo n. 916, referente à prestação de contas do Instituto D. Bosco, por intermédio de sua diretora, Irmã Terezinha Masoni, da importância de Cr\$ 18.000,00, recebida do Estado em 1954.

O auditor, dr. Armando Dias Mendes, de conformidade com a letra d), do Ato n. 5, de 14-1-55 (D.O. de 19-1-55), faz a seguinte exposição: "Processo n. 916 — Prestação de contas do auxílio de Cr\$ 18.000,00, recebido do Estado pelo Instituto D. Bosco, no ano de 1954. O processo, inicialmente, foi distribuído ao auditor, dr. Pedro Bentes Pinheiro, para instruir e preparar, o qual, por motivo de férias, deixou de concluir-lo, tendo sido, por isso, a mim distribuído. O relatório consta dos autos.

O dr. procurador, nos termos da letra d), do Ato n. 5, manifesta o seu parecer de fls. 20 dos autos.

De conformidade com a letra d)

da letra d) do Ato n. 5: "Processo n. 948. Prestação de contas do auxílio de Cr\$ 18.000,00, recebido pela Congregação das Irmãs do Preciosíssimo Sangue — Colégio São José, em Castanhal. Exercício de 1954. Relatório nos autos. O processo, inicialmente, foi distribuído ao auditor, dr. Pedro Bentes Pinheiro, o qual, por motivo de férias, deixou de concluir-lo, tendo sido, por isso, a mim distribuído. O relatório cons-

ta da letra d) do Ato n. 5: "Processo n. 948. Prestação de contas do auxílio de Cr\$ 18.000,00, recebido pela Congregação das Irmãs do Preciosíssimo Sangue — Colégio São José, em Castanhal. Exercício de 1954. Relatório nos autos. O processo, inicialmente, foi distribuído ao auditor, dr. Pedro Bentes Pinheiro, o qual, por motivo de férias, deixou de concluir-lo, tendo sido, por isso, a mim distribuído. O relatório cons-

#### ACÓRDÃO N. 695

Processo n. 1.092

Requerente: — Dr. Arthur Cláudio Melo, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: — Ministro Lindolfo Marques de Mesquita.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o Dr. Arthur Cláudio Melo, Secretário de Estado do Interior e Justiça, apresentou, para registro neste Órgão a aposentadoria de Dina Oliveira da Silva, professora da 1.<sup>a</sup> entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Km. 32—Colônia de Janetama, município de Castanhal, percebendo essa situação os proventos proporcionais a 22 anos de serviço, acrescido de 15%, referente ao adicional por tempo de serviço nos termos dos arts. 143 e 145 da mencionada lei n. 749, perfazendo um total de Cr\$ 10.120,00 (dez mil, cento e vinte cruzeiros) anuais.

Acordam os Juízes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Belém, 26 de julho de 1955.

— (aa) Benedito de Castro Frade, Ministro Presidente — Lindolfo Marques de Mesquita, Relator — Adolfo Burgos Xavier — Elmo Gonçalves Nogueira — Mário Nepomuceno de Sousa. Fui presente — Demócrito Rodrigues de Noronha.

Voto do Sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita — Relator: "Este Tribunal, pelo venerando Acórdão n. 569, de 17-5-55, (D.O. de 26-5-55), julgou o registro da aposentadoria de Dina Oliveira da Silva, e resolveu, por maioria de votos, converter o julgamento em diligência, a fim de que o chefe do Poder Executivo retificasse a redação do decreto que concedeu

referida aposentadoria, que deve ser com fundamento no artigo 159, item III da lei n. 749, de 24-12-53, percebendo, nessa situação, os proventos determinados pelo artigo n. 160, da referida lei, acrescido dos 15% de adicionais a que tem direito devendo o cálculo da percepção proporcional dos proventos obedecer ao que expressa o voto vencedor do Exmo. Sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita. Encaminhado o expediente ao chefe do Poder Executivo, foi atendida a diligência solicitada, em razão do que concedo o registro".

Voto do Sr. ministro Adolfo Burgos Xavier: "De acordo".

Voto do Sr. ministro Elmo Gonçalves Nogueira: "Concedo o registro, com a redação constante do voto que proferi no primeiro julgamento. (Acórdão... n. 569).

Voto do Sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa: "Feita a retificação, concedo o registro".

Voto do Sr. ministro Presidente: — "De acordo".

Dr. Benedito de Castro Frade  
Ministro Presidente  
Lindolfo Marques de Mesquita  
Relator

Adolfo Burgos Xavier  
Elmo Gonçalves Nogueira  
Mário Nepomuceno de Souza  
Fui presente

Demócrito Rodrigues de Noronha

#### ACÓRDÃO N. 696

Processo n. 392

Requerente: — Sr. Francisco Chagas da Silva, Prefeito Municipal de Curralinho, referente ao exercício financeiro de 1953.

Relator: — Ministro Lindolfo Marques de Mesquita

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que se referem à prestação de contas do sr. Francisco Chagas da Silva, Prefeito Municipal de Curralinho, referente ao exercício financeiro de 1953:

Acordam os Juízes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, negar aprovação da

## DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

referida prestação de contas e enquadra o ex-prefeito Francisco Chagas da Silva, no inciso V, do art. 38, e combinações do art. 54, tuto da íc n. 603, de 20 de maio de 1953.

O relatório do feito e as razões do julgamento constam dos autos e da respectiva ata.

Belém, 26 de julho de 1955. — (aa) Benedito de Castro Frade, Ministro Presidente — Lindolfo Marques de Mesquita, Relator — Adolfo Burgos Xavier — Elmiro Gonçalves Nogueira — Mário Nepomuceno de Sousa. Fui presente — Demócrito Rodrigues de Noronha.

Voto do Sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita — Relator: "O presente processo, constante de oito volumes, contando 1.872 folhas, refere-se à Prestação de Contas do ex-prefeito de Curralinho, Francisco Chagas da Silva. Trata-se do exercício financeiro de 1953. Auditor preparador o Dr. Armando Dias Mendes, cujo minucioso relatório encontra-se às fls. 1.873 a 1.881, através do qual se torna conhecimento de graves irregularidades avulsa contra a administração em apre-

A propria Câmara Municipal de Curralinho, em setembro do ano p. passado, considerou-se o orgão competente para tomar as contas do aludido gestor. Isto o fez e as impugnou, afastando-o do cargo, conforme comunicação que enviou ao T. C.. Mais tarde, entretanto, na expectativa de não poder conseguir os dois terços dos seus membros para confirmar a culpa do gestor, visto um deles trabalhado pelo prefeito, ameaçar não mais pretender comparecer às sessões, justamente para evitar a efetivação do "quorum" desejado, resolveu dita Câmara Municipal encaminhar ao T. C. a documentação examinada, acompanhada de ofício explicativo da razão porque assim agia. Dita documentação, como era natural, foi juntada a estes autos, de que faço menção para melhor elucidar o plenário.

A escrita relativa ao exercício de 1953, informa em seu relatório o Dr. auditor preparador, está repleta de lançamentos duvidosos, outros em duplicata, inclusive o pagamento de Cr\$ 30.000,00 feito ao Sr. Francisco Maria Bordalo, cujo objeto é ignorado.

No bôjo do processo, entre outras referências há várias da Comissão de Finanças da Câmara Municipal acusando deslizes e até falsificações de assinaturas em diversos recibos. Essa Comissão diz, por exemplo, que o pagamento de Cr\$ 5.000,00 a Miguel Correa Lobato, conforme Consta da portaria 212, foi por esta contestado. Cita também o fato de haver o cidadão Raimundo Martins prestado serviço à Prefeitura no valor de Cr\$ 1.200,00 e aparecer um recibo sobre isso, mas na importância de Cr\$ 49.270,00, documento este também contestado pelo aludido cidadão. Aliás, por solicitação da mesma Câmara Municipal, esteve em Curralinho, examinando a escrita daquela comuna o técnico-contabilista Djalma de Carvalho, do Departamento de Assistência aos Municípios e que concluiu pela existência do desvio dos dinheiros públicos, num montante de Cr\$ 613.935,30, mas esse exame a que procedeu abrangeu o exercício de 1953 e parte do 1954.

Pelo exame, porém, feito pelo técnico-contabilista do T. C., referente ao exercício somente de 1953, verifica-se conforme expõe o Dr. auditor preparador deste processo, um alcance na importância exata de Cr\$ 123.012,90.

Como se vê, o ex-prefeito Francisco Chagas da Silva, ante isto e o que mais contém nos autos, assume grave responsabilidade através da administração viciosa e irregular que praticou. Despesas sem autorização legal foram realizadas, é o que se constata da leitura do processo. Entre vários pagamentos estão in-

cluidos os de alugueis de casa para parentes e amigos.

Sob o título "Receita de Mercados, Feiras e Matadouro" nenhuma receita foi escriturada, dai estranhar-se a despesa com aquisição de rezes para abate e entrega ao consumo público, na importância de Cr\$ 54.050,00. Também na relação de pagamentos ilegais consta o da importância de Cr\$ 4.944,00 ao secretário da Prefeitura a título de substituição ao prefeito durante a ausência deste.

Constando, pois, dos autos, como no relatório está da Auditoria, que apurado ficou no exame levado a efeito pelo funcionário deste T. C. o alcance exato de Cr\$ 123.013,90, em sã consciência, esta e a importância pela qual considero certo e justo responsabilizar o ex-prefeito Francisco Chagas da Silva.

Como juiz desta Corte de Contas, agindo, graças a Deus, com absoluta isenção de animo, apagado unicamente ao sereno cumprimento do dever, lamento apenas — e isto o digo com sinceridade — não ter podido ainda, até esta data, aprovar nenhuma prestação de contas de Prefeituras do interior, referente ao exercício de 1953, por não encontrar nas mesmas elementos capazes de me induzirem a tal.

Desaprovando a presente Prestação de Contas, desde já considero o ex-prefeito Francisco Chagas da Silva, enquadrado nos efeitos do que dispõe o artigo 54, da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, que organizou o Tribunal de Contas do Estado.

Este é o meu voto.

Voto do Sr. ministro Adolfo Burgos Xavier: "Acompanho o relator".

Voto do Sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira: "O estudo feito pelo Sr. ministro relator, com fundamento nas peças que instruem os autos, sobre as quais se pronunciaram a Secção técnica deste Tribunal, e o Sr. auditor, em seus pareceres, levá-me a acompanhá-lo na conclusão a que chegou".

Voto do Sr. ministro Mário Nepomuceno de Souza: "A presente prestação de contas, objeto de julgamento, não há negar diverge completamente de outros casos específicos julgados por este Tribunal. Pelo voto do Sr. ministro relator, verifica-se que o processo contém 8 volumes, todos eles examinados por funcionários do Estado, técnicos em contabilidade, como também por funcionários desta Corte de Contas, os quais concluíram pela responsabilidade do ex-prefeito, na importância assinalada pelo Sr. relator do feito. É de se inferir que o processo esteja regularmente instruído e preparado com todos os documentos exigidos por lei, daí acompanhar na integra o voto do Sr. ministro relator".

Voto do Sr. ministro presidente: — "De acordo com o relator" Dr. Benedito de Castro Frade Ministro Presidente Lindolfo Marques de Mesquita Relator

Adolfo Burgos Xavier Elmiro Gonçalves Nogueira Mário Nepomuceno de Souza Fui presente Demócrito Rodrigues de Naranha

ACÓRDÃO N. 697  
Processo n. 112

Requerente: — Sr. Ernani Gonçalves Chaves, Prefeito Municipal de Monte Alegre, referente ao exercício financeiro de 1953.

Relator: — Ministro Adolfo Burgos Xavier.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que se referem à prestação de contas do Sr. Ernani Gonçalves Chaves, Prefeito Municipal de Monte Alegre, referente ao exercício financeiro de 1953. Acordam os Juízes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, contra o voto do Sr. ministro Mário Nepomuceno de Souza, considerar o mencionado prefeito

municipal enquadrado nas cominações do art. 54, da lei n. 603, de 20-5-53.

O relatório do feito e as razões do julgamento constam dos autos e da respectiva ata.

Belém, 26 de julho de 1955. — (aa) Benedito de Castro Frade, Ministro Presidente — Adolfo Burgos Xavier, Relator — Lindolfo Marques de Mesquita — Elmiro Gonçalves Nogueira — Mário Nepomuceno de Sousa. Fui presente — Demócrito Rodrigues de Noronha.

Voto do Sr. ministro Adolfo Burgos Xavier — Relator — Relatório: — "O processo de prestação de contas da Prefeitura Municipal de Monte Alegre, referente ao exercício financeiro de 1953, entrou em julgamento neste Plenário, na sessão de 15 do mês em curso com o relatório feito pelo ilustre Auditor Dr. Armando Dias Mendes e o parecer do ilustre Dr. Procurador, tendo o Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente me designado para, como Relator, dar o voto orientador.

Do estudo dos autos tentei-se desde logo a insuficiente documentação apresentada pelo Sr. Ernani Gonçalves Chaves, ex-prefeito daquele município, conforme destacou nas conclusões do seu relatório o Dr. Auditor, que em certa altura assim se expressou: "Embora pedidos não foram enviados outros documentos, como:

Código Tributário, informações sobre as quotas do

Fundo Rodoviário Nacional e do Imposto de Rendas recebidas, idem sobre Convênios com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, discriminação da Receita extraorçamentária, idem e comprovantes da Despesa extraorçamentária e vários dos relacionados no parágrafo único do artigo 36 da lei 603 (Balanço Financiero, demonstração da despesa com obras públicas e pessoal, Balanço Patrimonial, demonstrações das dívidas flutuante e fundada, idem das variações patrimoniais, inventário geral, quadro comparativo do balanço do exercício encerrado com o do anterior, balanço da Receita e da Despesa por distritos fiscais e agências municipais discriminadamente)".

De fato, apesar dos esforços do Auditor Dr. Armando Dias Mendes, em cumprir o seu dever, não alcançou o seu objetivo de instruir convenientemente o processo, por não ter o gestor Municipal atendido a solicitação que lhe foi feita para enviar a documentação necessária demorando, assim, um flagrante descaso às obrigações legais a que está sujeito, na forma do parágrafo único do art. 36, da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

O Balanço Geral da Receita e da Despesa, acusa o seguinte resumo do movimento financeiro do exercício de 1953:

Receita orçamentária arrecadada ....	1.614.825,70
Receita extraorçamentária .....	11.184,70 1.626.010,40
Saldo do exercício de 1952 .....	4.26.278,70
Soma .....	2.052.289,10
Despesa orçamentária efetuada .....	1.156.955,20
Despesa extraorçamentária .....	21.118,10 1.178.073,30
Saldo para o exercício de 1954 ..	Cr\$ 874.215,60

Conforme constatou o Dr. Auditor, não existem dados que caracterizem o resultado econômico do exercício de 1953.

Pelo exposto, verifica-se que as contas ora em julgamento não podem ser aprovadas e, assim, fica suficientemente definida a responsabilidade do Sr. Ernani Gonçalves Chaves, por todas as despesas feitas e não comprovadas, ao exercer, no ano de 1953, as funções de Prefeito Municipal de Monte Alegre.

E não tendo sido atendida a citação que lhe fez esta Corte de Contas, para oferecer defesa dentro do prazo legal, voto pela fixação à revelia de toda a despesa não comprovada, nos termos do art. 38, inciso V, da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e consequentemente, enquadrar o mencionado responsável nas cominações do art. 54 da mencionada lei.

Voto do Sr. ministro Presidente: — "De acordo com o relator".

Dr. Benedito de Castro Frade

Ministro Presidente

Adolfo Burgos Xavier

Relator

Lindolfo Marques de Mesquita

Elmiro Gonçalves Nogueira

Mário Nepomuceno de Sousa

Fui presente

Demócrito Rodrigues de Noronha



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Boletim Eleitoral

DO ESTADO DO PARÁ

ANO VII

BELÉM — TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 1955

NUM. 1.526

## JUIZO ELEITORAL DA 28.<sup>a</sup> ZONA (CAPITAL)

### LISTA DE ELETORES INSCRITOS E SUA DISTRIBUIÇÃO, POR SEÇÕES, PARA AS ELEIÇÕES DE 3 DE OUTUBRO DE 1955

14. <sup>a</sup> SEÇÃO		— G —	
Floresta São Sebastião — Trav. Humaitá —	Pedreira	63—Carmito Carneiro Pinho . . . . .	68.108
	— A —	63—Genesio do Espírito Santo . . . . .	64.407
1—Abdias Nogueira . . . . .	78.291	63—Gumercindo da Silva Costa . . . . .	64.945
2—Avelino Leite da Costa . . . . .	79.536	130—Geraldo José dos Reis . . . . .	65.040
3—Antônio Reis de Moraes . . . . .	80.447	131—Geraldina Meira, Santos . . . . .	34.657
4—Arcenimimo Caraoso de Almeida . . . . .	62.443	132—Gonçalo Rodrigues de Souza . . . . .	72.028
5—Angelica de Castro e Silva . . . . .	10.581	133—Jeremias do Nascimento Tavares . . . . .	74.105
6—Antenor Martins e Silva . . . . .	64.596	134—Guiomar Ramos Nascimento . . . . .	72.787
7—Antonio Gomes de Amorim . . . . .	64.298	135—Gilda Lemos Bastos . . . . .	75.776
8—Americo Correa de Melo . . . . .	64.933	136—Guilherme Valente do Couto . . . . .	79.219
9—Ana Coelho das Neves . . . . .	64.146	— H —	
10—Alzira da Rocha Silva . . . . .	66.292	138—Heitor de Sousa Freitas . . . . .	80.600
11—Amadeu Dias da Silva . . . . .	66.715	139—Heli Muzures da Silva . . . . .	80.649
12—Agostinho Ferreira de Carvalho . . . . .	67.405	140—Herminia Vinas da Silva . . . . .	63.919
13—Antonio Verissimo de Sousa . . . . .	70.742	141—Honorio Santos Sobrinho . . . . .	63.715
14—Alzirá Marques . . . . .	66.248	142—Heliodoro Davila Filho . . . . .	6.183
15—Antonio Eulalio Peniche . . . . .	68.101	143—Hermito Pinheiro Alves . . . . .	54.617
16—Amadeu Soares Cardoso . . . . .	64.100	144—Heraldino Cândido dos Santos . . . . .	73.564
17—Antonio Augusto de Azevedo Coelho . . . . .	71.256	145—Helena Gomes de Jesus . . . . .	74.977
18—Alcides Araújo Potiguara . . . . .	71.335	146—Henrique Rezende Falchão . . . . .	76.494
19—Alfredo Farias Neves . . . . .	71.369	147—Helio Manoel Gonçalves de Melo . . . . .	77.463
20—Amadeu Coelho Trindade . . . . .	71.298	148—Hilton Machado . . . . .	77.499
21—Aurino Miranda da Fonseca . . . . .	74.167	149—Hugo Aratijo Cruz . . . . .	78.498
22—Adalgisa Paraense . . . . .	73.486	150—Honorina dos Santos Barbosa . . . . .	79.198
23—Adonias Araujo Pessoa . . . . .	9.578	151—Honorio Barbosa . . . . .	79.526
24—Alda Salim de Albuquerque . . . . .	48.371	152—Hamilton de Jesus . . . . .	80.044
25—Antonio José Sousa . . . . .	35.849	— I —	
26—Antonio Celso Barbosa . . . . .	15.106	153—Iria Lopes de Moraes . . . . .	67.554
27—Abdias Alves de Oliveira . . . . .	13.528	154—Izabel Maria Gomes . . . . .	67.252
28—Alfredina Ramos Rodrigues . . . . .	27.008	155—Izabel Menezes da Silva . . . . .	64.827
29—Alvaro Ataide . . . . .	49.494	156—Iracema Alves da Silva . . . . .	25.255
30—Antonio Benicio de Almeida . . . . .	46.715	157—Israel Gomes Coutinho . . . . .	72.866
31—Aleixo Caetano de Sousa . . . . .	12.805	158—Ismaelino Nunes Melo . . . . .	77.146
32—Agnes Soares . . . . .	43.745	159—Izabel Silva Costa . . . . .	77.323
33—Anisio Rodrigues de Sousa . . . . .	76.218	160—Itair dos Santos . . . . .	77.646
43—Antonio Ferreira Magalhães . . . . .	76.053	161—Inilda Moraes de Oliveira . . . . .	77.015
35—Anastacio Ferreira Paiva . . . . .	75.759	162—Izaura Coutinho Soares . . . . .	78.487
36—Aluisio Fernandes . . . . .	77.474	163—Ivo Dias de Oliveira . . . . .	78.759
37—Andradino Corrêa de Almeida . . . . .	77.453	164—Iris Brito Inácio de Souza . . . . .	78.050
38—Alfredo Gonçalves Lopes . . . . .	77.456	— J —	
39—Antonio Soares . . . . .	77.586	165—José Camilo Xavier . . . . .	89.560
40—Antonio Florencio Pereira . . . . .	77.649	166—José Maria Filho . . . . .	68.313
41—Antonio Carlos Simões . . . . .	77.860	167—José Carvalho Rabelo . . . . .	65.023
42—Ana Costa . . . . .	77.906	168—João Fernandes da Cunha . . . . .	66.924
43—Auzier Estumano Rodrigues . . . . .	77.909	169—José de Sousa e Silva . . . . .	63.738
44—Adecir Loureiro . . . . .	78.039	170—Josefa Lucena . . . . .	66.167
45—Alzira da Graça Martins . . . . .	78.296	171—Judith de Brito . . . . .	63.836
46—Ana Olga Amador . . . . .	79.178	172—Joaquim Xavier de Moraes . . . . .	71.162
47—Antonio Augusto de Assunção Neto . . . . .	70.188	173—Joaquim Ferreira da Silva . . . . .	71.108
48—Antonio Aguiar Nascimento . . . . .	79.193	174—José Brito . . . . .	64.392
49—Antonio Raimundo de Araújo . . . . .	79.966	175—Joaquim Oliveira Brito . . . . .	63.882
50—Ana Ferreira Bastos Adair Monteiro Valente . . . . .	78.257	176—João Gonçalves dos Santos . . . . .	63.306
	22.802	177—João Nery dos Santos . . . . .	6.403
51—Benedito Marinho . . . . .	64.025	178—João Soares Filho . . . . .	26.694
52—Benedito Silva Santos . . . . .	43.687	179—José Barbosa Martins . . . . .	2.747
53—Benedito Augusto Nascimento . . . . .	36.008	180—Joel Carlos de Oliveira . . . . .	26.103
54—Brigida Fernandes dos Santos . . . . .	80.503	181—João Santiago de Sá . . . . .	51.873
55—Basilio Nunes Frazão . . . . .	80.648	182—João Batista de Menezes . . . . .	25.321
	— C —	183—João Amancio da Costa . . . . .	55.908
56—Clarisse Algaranhos Calado . . . . .	76.829	184—José Pereira da Silva . . . . .	54.767
57—Candido Ribeiro da Silva . . . . .	77.427	185—João Eufrasio de Sousa . . . . .	43.377
58—Cicero Sabino da Costa . . . . .	77.457	186—João Lopes Galvão . . . . .	19.467
59—Claude Pereira Tavares . . . . .	77.659	187—Jayme Costa . . . . .	51.887
60—Carlos Santos Cordeiro . . . . .	77.660	188—José Ribeiro de Sousa . . . . .	44.731
61—Cecilia Gomes da Silva . . . . .	78.277	189—Joana Teodoria dos Santos . . . . .	71.753
62—Carlos Magno Soares . . . . .	65.617	190—José Porfirio da Silva . . . . .	71.432
		191—Joana Carneiro Pinheiro . . . . .	74.451
		192—José Ferreira da Silva . . . . .	73.436
		193—João Batista Madeiros Ferreira . . . . .	73.595
		194—José Rodrigues Pinagé . . . . .	73.875
		195—José Tito de Sousa . . . . .	73.703
		196—João Damasceno de Aquino . . . . .	73.672

## BOLETIM ELEITORAL

15.ª SEÇÃO			
Grupo Escolar "Justo Chermont" — (Sala A)			Pedreira
— A —			
1—Abigail Sarmanho	48.837		
2—Ana Vasconcelos Ramos	584		
3—André Silva	4.136		
4—Afonso Souza Mascarenhas	5.173		
5—Alípio Paraense Fernandes	2.762		
6—Antônio Tavares da Silva	4.885		
7—Agostinho Gantier de Sousa	6.101		
8—Ana Maria Barbosa Estrela	7.694		
9—Anacleto Rodrigues da Silva	15.249		
10—Antônio Ferreira Lima	4.319		
11—Abigail Ninon Reis Santos	1.194		
12—Antônio Costa Uchôa	16.149		
13—Antônio Bezerra dos Santos	16.150		
14—André Pereira	7.437		
15—Antônio Batista da Silva	17.017		
16—Alcides Popes de Lima	16.821		
17—Antônio Alexandre Ferreira	15.400		
18—Antônio Medeiros de Oliveira	3.186		
19—Antônio José de Sousa Santos	19.782		
20—Antônio Alves da Silva	11.599		
21—Antônio Militão de Oliveira	8.088		
— B —			
22—Bernardino de Sena Rocha	19.421		
23—Brasílio dos Santos Monteiro	18.847		
24—Bernardina Amador Quadros	16.954		
25—Bernardino Sena Cruz	2.633		
26—Benício Munitz Sena	1.106		
27—Braulino Pereira Noronha	3.662		
28—Benjamim Anthero Lucas	15.369		
29—Benedicto Santos de Melo	4.695		
30—Bernardo da Paixão Trindade	2.487		
31—Benedito Damasceno do Nascimento	1.102		
32—Benedito Ramos dos Anjos	438		
33—Benedito Marcelino Vieira	16.098		
— C —			
34—Creuza Pinheiro de Queiroz	15.241		
35—Carlos Gomes Flávio	2.042		
36—Carlos de Moraes Braga	3.662		
37—Carlos Sousa	15.182		
38—Carlos José ea Costa Rodrigues	6.671		
39—Cláudio Aragão da Cruz	15.060		
40—Carlos Marques de Almeida	4.142		
41—Caleste Castelo Branco	1.323		
42—Cícero Alves de Freitas	5.324		
43—Claudomiro Costa	1.559		
44—Carlos Von-Grap	1.140		
45—Cristovam de Andrade Figueira	9.415		
46—Cláudio Damasceno Nascimento	77.900		
47—Christina Monteiro Faria	70.713		
— D —			
48—Domingos Antunes da Silva	6.225		
49—Dalva Lopes de Azevedo	6.659		
50—Domingos Trindade Vidal	12.245		
51—Domingos Matias dos Santos	18.846		
52—Domingos Raio Cardoso	11.997		
53—Deocleciano Mendes	5.033		
54—Dállice Pereira da Silva	9.222		
55—Dulval Ataide	1.460		
56—Durval Soares Barbosa	17.868		
57—Domingos Serrão	77.901		
— E —			
58—Euclides Gomes de Lima	17.779		
59—Elias José da Silva	19.323		
60—Edmundo Eugênio Sampaio	18.504		
61—Edgar Augusto de Sena	5.658		
62—Edgar dos Santos Vale	17.601		
63—Emanuel Alves de Aguiar	471		
64—Eusébio Gomes Pires	6.712		
65—Eurico José dos Santos	7.127		
66—Emílio Nascimento Oliveira	4.538		
67—Ernestina Caridade de Castro	1.192		
68—Edgar Bastos Santiago	5.514		
69—Eurípedes Gomes de Sá	16.327		
70—Edissa Sousa	386		
71—Euclides Gonçalves Barbosa	6.454		
— F —			
72—Francisco Tavares de Seixas Picanço	9.176		
73—Francisco Horácio da Silva	110		
74—Francisco Rodrigues Mélo	10.458		
75—Francisco Ricardo de Assis	16.082		
76—Fortunato Archanjo de Menezes	12.783		
77—Francisco Gomes da Silva	18.825		
78—Florindo Pais dos Reis	16.964		
79—Francisco Lucas de Sousa	8.500		
80—Francisco Gomes de Assis	5.477		
81—Francisco Sales Corrêa	5.491		
82—Francisco Paula Monteiro	17.165		
83—Fernando Figueiredo	1.193		
84—Francisco Assis das Chagas	1.372		
85—Flávio de Jesus	599		
86—Flávio de Sousa Assunção	6.340		
87—Francisco Alves Ferreira	4.891		
88—Flávio Gonçalves Coelho	2.999		
89—Filadelfia Martins	87.259		
90—Floriano de Lima Reis	84.672		
— G —			
91—Guilhermina Lopes de Brito	17.616		
92—Gutemberg Antônio Monteiro de Barros	19.249		
— H —			
93—Hilda Gonçalves Pimenta	108.380		
94—Humberto Bittencourt Silva	4.962		
95—Hilário Santos Mélo	543		
96—Hilbanez Martins Borges	1.742		
97—Honório Osvaldo Manito	18.537		
98—Helena José da Silva	6.539		
99—Henrique dos Reis Couto	15.906		
100—Hilton Bastos	5.568		
101—Isaias Carneiro de Pinho	6.865		
— I —			
102—Isidro da Nascimento Tavares	54.414		
103—Zenaide Menezes de Araújo	78.645		
104—Zulima Monteiro Dias	79.258		
105—Zulma Dantas de Azevedo	80.061		
106—Zélia Gadelha de Sousa	80.111		
107—Maria Helena Oliveira Sodré	79.200		
108—Miriam da Nascimento Tavares	79.200		



BOLETIM ELEITORAL

4

13—Amadeu Alves da Silva .....	319	104—Francisco Xavier de Souza .....	552	194—Joana da Conceição Figueiredo .....
14—Aristides Inácio Cardias .....	19.212	105—Francisco Gonçalves do Nascimento .....	419	195—José de Albuquerque Bessa .....
15—Almiro Carneiro de Souza .....	19.217	106—Firmiano Magno da Silva .....	4.876	196—João Ribeiro da Silva .....
16—Aleixo Lobato Vinagre .....	19.373	107—Francisco Saraiva de Melo .....	4.877	197—João Pereira de Albuquerque .....
17—Antônio Barbosa de Souza Alves .....	17.327	108—Francisco Santílio Lima .....	5.100	198—João Francisco dos Santos .....
18—Adílio Gonçalves de Oliveira .....	2.572	109—Francisco Brasilino Bentes .....	5.440	199—Januário Diniz Nery .....
19—Agostinho Monteiro Borges .....	2.629	110—Francisca Ribeiro do Vale Miranda .....	1.139	200—José Domingos de Azevedo .....
20—Antônio Adriano de Brito .....	13.423	111—Francisco Gomes Brasil .....	1.842	201—João Ferreira Gomes .....
21—Antônio Inácio de Souza .....	9.525	112—Francisco das Chagas Chaves .....	1.874	202—Joaquim Ferreira da Silva .....
22—Antônia Freire Budém .....	9.735	113—Flávia Escorcia de Souza .....	1.864	203—Joaquim Dutra Teixeira .....
23—Alfredo Fernandes Lima .....	9.421	114—Francisco Gomes Pires .....	19.436	204—João Carvalho Rabelo .....
24—Albertina Batista Lira .....	8.168	115—Francisco Monteiro de Souza .....	18.963	205—José Ferreira Lima .....
25—Ana Tolosa da Costa .....	8.184	116—Fernando Henrique de Campos .....	2.631	206—José Vieira de Carvalho .....
26—Alfredo Manoel dos Santos .....	9.175	117—Francisco Trajano de Mesquita .....	20.785	207—José Queiroz Saldanha .....
27—Ataulpa França .....	8.387	118—Fernando Cordeiro do Nascimento .....	9.520	208—João Guilherme de Oliveira .....
28—Altamira Cavalcante da Costa .....	8.522	119—Francisco João de Barros .....	9.061	209—Joana Ferreira da Silva .....
29—Adamor Gomes de Oliveira .....	8.322	120—Francisco Lopes Machado .....	9.730	210—José Anselmo da Cruz .....
30—Alfredo Conceição Bentes .....	8.796	121—Francisca da Silva Ramos .....	9.736	211—José Barbosa dos Santos .....
31—Augusta Cordovil Barbosa .....	10.977	122—Francisco Pedro de Melo .....	9.648	212—Jerônimo Sacramento de Pina .....
32—Arnaldo Augusto Leal .....	11.325	123—Francisco dos Santos Moraes .....	9.457	213—João Raimundo Vilhena .....
33—Alberto Lopes .....	11.457	124—Francisco Pinheiro da Silva .....	9.434	214—João da Costa Lima .....
34—Alcebíades de Assunção .....	10.708	125—Francisco Assis Ribeiro .....	8.301	215—José da Cruz .....
35—Antônio Soares de Sales .....	11.079	126—Febronio de Carvalho .....	10.954	216—João Pedro Cruz .....
36—Antônio Sampaio Diniz .....	10.263	127—Francisco Laurindo .....	56.077	217—João Silva .....
37—Arister Alves Pereira .....	10.492	— G —	221—Josias de Andrade Soares .....	10.633
38—Antônio de Oliveira Salgado .....	10.481	128—Genino Monteiro de Almeida .....	222—João de Almeida .....	77.913
39—Alcides Rodrigues de Souza .....	591	129—Gieda Bernarda .....	32.600	
— B —		130—Geny Alves Borges .....	5.428	
40—Brígida de Oliveira Maia .....	439	131—Glauber Pereira de Araújo .....	9.727	
41—Brasílio Pinheiro Nunes .....	1.245	132—Guilherme Alves dos Santos .....	9.244	
42—Benicio Ferreira da Silva .....	9.460	— H —	10.479	
43—Benvinda Rodrigues da Silva .....	9.178	133—Hildebrandina Renée dos Santos .....	56.247	
44—Benedito Felisberto de Carvalho .....	11.390	134—Hernani de Oliveira Gomes .....	16.232	
45—Carmosina Monteiro Albuquerque .....		135—Honório Furtado .....	7.404	
— C —		136—Hildine Maia Furtado .....	10.273	
46—Cândida Gomes de Matos .....	330	137—Hilário Maia Furtado .....	9.453	
47—Constâncio Monteiro Cardoso .....	5.125	138—Hotom Lima do Nascimento .....	9.180	
48—Climerio Pereira Tavares .....	436	— I —		
49—Crisantemo Alves da Silva .....	332	139—Idalia Vilhena Costa Monteiro .....	477	
50—Cipriano Rodrigues Filho .....	5.901	140—Inácio Alves da Silva .....	538	
51—Carlota da Paixão Cruz .....	37.257	141—Izidoro Marques de Oliveira Brito Filho .....	1.143	
52—Cassilda Ferreira Barros .....	10.387	142—Izabel Egídia dos Santos .....	2.631	
53—Cândido dos Santos Lara .....	19.188	143—Izaura Gomes de Oliveira .....	2.636	
54—Celina Calandrini de Azevedo .....	9.218	144—Izidote de Oliveira Pantoja .....	9.205	
55—Camilo Cordeiro do Nascimento .....	2.503	145—Ildio Assis Dias .....	9.731	
56—Cícero Felismino da Silva .....	9.514	146—Iêda de Andrade Figueira .....	9.413	
57—Cecília Almeida da Silva .....	9.655	147—Izabel Bezerra da Silva .....	9.171	
58—Cristino Alves de Oliveira .....	9.420	148—Izabel Monteiro Ataíde .....	9.158	
59—Christiano Rodrigues de Aguiar .....	9.182	149—Inácio de Oliveira .....	8.497	
60—Consuelo Eulina Castanheira Silva .....	8.206	150—Inês Marques das Neves .....	10.463	
61—Claudomiro de Carvalho Filho .....	10.851	— J —		
62—Carmen Santos .....	10.473	151—José Gouveia dos Santos .....	329	
63—Carlos Mendes da Silva .....	40.610	152—José Antônio de Amorim .....	496	
64—Cassilda da Silva Melo .....	74.884	153—José Medeiros de Melo .....	504	
— D —		154—João Fernandes de Oliveira .....	2.176	
65—Domingos Clemente da Silva .....	5.191	155—João Ferreira de Moraes .....	441	
66—Daniel Alves Ferreira .....	1.181	156—José Maria Moraes .....	10.471	
67—David de Souza Duarte .....	2.176	157—João Damasceno de Aquino Ju-	9.050	
68—Dionizio Siqueira do Nascimento .....		nior .....	9.729	
69—Dário Alves Teixeira .....		158—Joana Almeida .....	9.248	
70—Delmiro Silva Neto .....		159—José Gonçalves de Lima .....	8.587	
71—Dulcina Alencar da Rocha .....		160—João Gualberto Ferreira .....	10.270	
72—Deolinda Ferreira Soares .....		161—João Gonçalves Gomes .....	11.416	
73—Daniel Tavares de Oliveira .....		162—João Valente de Carvalho .....	10.340	
74—Domingos Demétrio de Oliveira .....		163—José Paulo Cory .....		
75—Djalma Oliveira Portal .....		164—José Vicente Felix .....		
76—Dagmar Alves Feitosa .....		165—Jorge Muler Travassos da Rosa .....		
— E —		166—José Feitosa de Araújo .....		
77—Eduilia Gomes de Matos .....	472	167—João Antônio Alves do Nasci-		
78—Eduardo Mendes .....	5.195	miento .....		
79—Euclides Onofre de Souza .....	5.222	168—João Chagas Saldanha .....		
80—Elisa da Costa Franco .....	5.731	169—José Rodrigues do Nascimento .....		
81—Ester Alves de Farias .....	1.101	170—João Moimbo dos Santos .....		
82—Elvira Compasso de Faria .....	1.878	171—José Camilo Nepomuceno .....		
83—Emídio Alves de Brito .....	2.174	172—José Artur de Menezes .....		
84—Ester Rodrigues Maia .....	3.639	173—Josão Pereira da Silva .....		
85—Emilia Ferreira .....	1.744	174—Josão Miranda Corrêa .....		
86—Eulábia Esmeraldina de Souza Araújo .....	9.734	175—Josão Portilho de Melo .....		
87—Eliza da Silva Giroux .....	9.737	176—Josão dos Santos Negrão .....		
88—Eufrasio de Almeida Silva .....	9.657	177—Josão Rodrigues de Souza .....		
89—Emilia Alves Sepeda .....	9.179	178—Jonas Portilho de Melo .....		
90—Edith Batista .....	9.174	179—José Diniz Cabral .....		
91—Euclides Ferreira da Silva .....	8.453	180—Júlio de Lima Puga .....		
92—Eduardo Ferreira Lima .....	9.912	181—Jerônimo Evangelista Soares .....		
93—Elvira de Souza .....	10.327	182—José Gonçalves dos Santos .....		
94—Eduardo Pereira da Costa .....	10.296	183—José Virgolino Pereira .....		
95—Edith Bastos dos Santos .....	10.264	184—José Caboclo da Silva .....		
96—Eunice Araújo .....	10.272	185—José Pedro da Silva .....		
— F —		186—José Alves de Figueiredo .....		
97—Fausta de Souza Pinheiro dos Santos .....	63.056	187—Jorge Castro .....		
98—Francisco Pereira da Silva .....	595	188—João Ramajo Seabra .....		
99—Felizardo Anselmo Ferreira Neto .....	593	189—José Nunes da Silva .....		
100—Firmino Moreira dos Santos .....	6.058	190—José Souza Pereira .....		
101—Francisco Cipriano de Souza .....	608	191—Jairine Rodrigues da Oliveira .....		
102—Fernando Pereira de Carvalho .....	598	192—Júlia Maria da Silva .....		
103—Francisco Pereira de Oliveira .....	553	193—José da Purificação Vilhena .....		



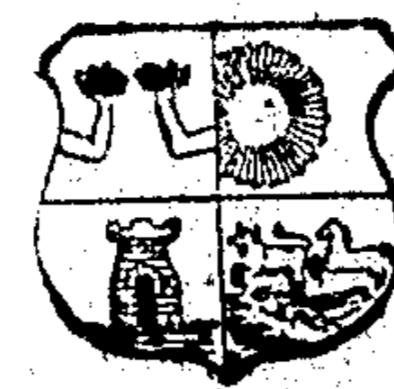












PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

# Diário do Município

ANO II

BELÉM — TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 1955

NUM. 1.517

## GABINETE DO PREFEITO Atos e Decisões

### DECRETO

O Prefeito Municipal de Belém resolve licenciar "ex-ofício", nos termos do art. 98, parágrafo único, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Miguel Gomes dos Santos, diarista do Departamento Municipal de Limpeza Pública, por sessenta (60) dias, para tratamento de saúde, de acordo com o laudo médico n. 618, de 15 de julho de 1955, do Serviço de Assistência Médico Social.

O Secretário de Obras o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 18 de julho de 1955.

**CELSO MALCHER**  
Prefeito Municipal  
Cumpra-se e publique-se.

Secretaria de Obras, 18 de julho de 1955.

**Valdir Acatauassú Nunes**  
Secretário de Obras

### DECRETO

O Prefeito Municipal de Belém resolve licenciar "ex-ofício", nos termos do art. 98, parágrafo único, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Raimundo Nonato de Oliveira, diarista do Departamento Municipal de Agricultura, por três (3) meses, para tratamento de saúde, de acordo com o laudo médico n. 617, de 15 de julho de 1955, do Serviço de Assistência Médico Social.

O Secretário de Obras o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 18 de julho de 1955.

**CELSO MALCHER**  
Prefeito Municipal  
Cumpra-se e publique-se.

Secretaria de Obras, 18 de julho de 1955.

**Valdir Acatauassú Nunes**  
Secretário de Obras

### DECRETO

O Prefeito Municipal de Belém resolve licenciar "ex-ofício", nos termos do art. 98, parágrafo único, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Paulo Bezerra da Silva, motorista do Departamento de Limpeza Pública, por noventa (90) dias, para tratamento de saúde, de acordo com o laudo médico n. 633, de 19 de julho de 1955, do Serviço de Assistência Médico Social.

O Secretário de Obras o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 19 de julho de 1955.

**CELSO MALCHER**  
Prefeito Municipal  
Cumpra-se e publique-se.

Secretaria de Obras, 19 de julho de 1955.

**Valdir Acatauassú Nunes**  
Secretário de Obras

### DECRETO

O Prefeito Municipal de Belém resolve licenciar "ex-ofício", nos termos do art. 98, parágrafo único, da Lei n. 749, de

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

caiba ao extranumerário mensalista, qualquer direito de indenização ou reclamação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 22 de julho de 1955.

**Dr. CELSO MALCHER**

Prefeito Municipal  
Dr. Hamilton Moreira  
Secretário de Finanças

### PORTARIA N. 398/55

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Admitir como extranumerário mensalista, Linda Nicolau Wariss, pelo prazo de 6 meses, para desempenhar as funções de Auxiliar de Escritório, Ref. 1, mediante o salário mensal de Cr\$ 1.400,00.

(hum mil e quatrocentos cruzeiros), correndo a despesa correspondente por conta da verba Tab. 29, S. O. Departamento Municipal de Agricultura, Consignação "Pessoal Variável".

Subconsignação — mensalista — código 8.80.1 do orçamento em vigor, a partir de 1 de julho a 31 de dezembro do corrente ano.

Esta portaria de admissão, poderá ser cancelada antes de terminar o prazo nela estipulado, se assim convier aos interesses da Administração pública, e sem que caiba ao extranumerário mensalista, qualquer direito de indenização ou reclamação.

Cumpra-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 23 de julho de 1955.

**Dr. CELSO MALCHER**

Prefeito Municipal  
Dr. Valdir Acatauassú Nunes  
Secretário de Obras

### PORTARIA N. 399/55

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Admitir como extranumerário mensalista, Doralice Santos Barbosa, pelo prazo de 6 meses, para desempenhar as funções de "Oficial Administrativo", Ref. n.

8, mediante o salário mensal de Cr\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos cruzeiros), correndo a despesa correspondente por conta da verba, Tabela n. 13 S. A. — C. S. I. — Consignação "Pessoal Variável".

Subconsignação (código 8.80.1) do orçamento em vigor, a partir de 1 de julho do corrente ano.

Esta portaria de admissão, poderá ser cancelada antes de terminar o prazo nela estipulado, se assim convier aos interesses da Administração pública, e sem que caiba ao extranumerário mensalista, qualquer direito de indenização ou reclamação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 21 de julho de 1955.

**Dr. CELSO MALCHER**

Prefeito Municipal  
Dr. Pádua Costa  
Secretário de Administração

### PORTARIA N. 397/55

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Admitir como extranumerário mensalista, Joaquim Nunes da Costa, pelo prazo de 6 meses, para desempenhar as funções de Servente, Ref. 1, mediante o salário mensal de Cr\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos cruzeiros), correndo a despesa correspondente por conta da verba Tabela n. 29, S. O. Departamento M. de Agricultura, Consignação "Pessoal Variável".

Subconsignação, mensalista, código 8.80.1 do orçamento em vigor, a partir de 1 de julho de 1955.

Esta portaria de Admissão, poderá ser cancelada antes de terminar o prazo nela estipulado se assim convier aos interesses da Administração pública, e sem que caiba ao extranumerário mensalista qualquer direito de indenização ou reclamação.

Cumpra-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 25 de julho de 1955.

**Dr. CELSO MALCHER**

Prefeito Municipal  
Dr. Valdir Acatauassú Nunes  
Secretário de Obras

### DECRETO

O Prefeito Municipal de Belém resolve licenciar "ex-ofício" nos termos do art. 103, da Lei n.

749, de 24 de dezembro de 1953, José de Almeida Abdorai, diarista do Departamento Municipal de

Administração pública e sem que Limpeza Pública, por seis (6) me-

